



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR 3**

**WALTEMILTON VIEIRA CARTAXO**

**A repercussão social da reforma agrária no Assentamento  
Venâncio Tomé de Araújo**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2013**

**WALTEMILTON VIEIRA CARTAXO**

**A repercussão social da reforma agrária no Assentamento Venâncio  
Tomé de Araújo**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Regional da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito para obtenção do  
título de Mestre**

**Linha de pesquisa: Reforma agrária**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Nerize Laurentino Ramos**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2013**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C322r Cartaxo, Waltemilton Vieira.

A repercussão social da reforma agrária no assentamento VenâncioTomé de Araújo [manuscrito] / Waltemilton Vieira Cartaxo. - 2013.

102 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

"Orientação: Profa. Dra. Nerize Laurentino Ramos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional".

1. Reforma agrária. 2. Assentamento. 3. Agricultura familiar. I. Título.

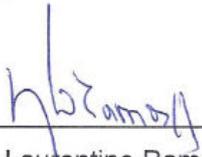
21. ed. CDD 333.31

WALTEMILTON VIEIRA CARTAXO

**A repercussão social da reforma agrária no Assentamento Venâncio  
Tomé de Araújo**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Regional da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito para obtenção do título de Mestre**

Aprovado em: 12 / 06 / 2013

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª. Nerize Laurentino Ramos (PPGDR/UEPB)  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Pesquisador Dr. Odilon Remy Ribeiro Ferreira da Silva  
Examinador Externo (EMBRAPA)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco de Assis Batista (DFCS/UEPB)  
Examinador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (PPGDR/UEPB)  
Examinador

## **DEDICATÓRIA**

***Aos meus pais, José Gumerindo (in Memoriam) e Maria Alice, que sempre cultivaram na nossa família a crença de que a educação e o respeito ao próximo, constroem a essência da cidadania, tornando possível este momento na minha vida.***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, o grande arquiteto do universo, que tudo pode, por ter me mantido firme na ânsia de concretizar mais um sonho.

Aos **meus pais**, José Gumercindo (In Memoriam) e Maria Alice, mestres em essência, agradeço por me ensinarem o valor da educação, por todo o suporte, incentivo, amor incondicional e por serem minha base.

A **minha querida** esposa Jonalva e aos **meus amados filhos**, Hemília Gabrielly, Pedro Eduardo e Waltemilton Filho pelo apoio, em especial a ajuda inestimável da Hemília, na organização do material bibliográfico na minha condição de estudante depois dos cinquenta anos de vida.

Aos **meus irmãos**, José Walter, Francisco, Maria de Fátima (in Memoriam), Antônio, Afonso Waltemir, Geraldo Roberto (In Memoriam) e Fábria Maria, pela convivência fraterna nos momentos diversos das nossas vidas.

À professora e amiga **Dr<sup>a</sup> Nerize Laurentino Ramos**, pelo acompanhamento sempre agradável, pelas palavras de incentivo, compartilhamento de suas experiências e o apoio decisivo à pesquisa aqui relatada.

**Aos meus colegas da Embrapa**, Odilon Reny, Napoleão Beltrão, Gilvan Ramos José de Souza e a toda equipe de comunicação e transferência de tecnologia, pelo apoio na realização deste projeto.

*Ao colega Geraldo dos Santos Oliveira, pela grande ajuda na aplicação do instrumento de pesquisa.*

*Ao colega e professor Leandro Silva do Vale pelos debates na construção desta dissertação.*

Aos jovens **amigos e amigas do Mestrado** com os quais convivi nestes dois anos.

Aos **assentados do PAVTA**, na pessoa de Geneton de Luna, apesar das dificuldades, continuam firmes e fortes acreditando no ideal de vida, onde a terra prometida está ali, mas ainda falta transformá-la de fato, em fonte de vida e cidadania.

***Minha especial gratidão, aos agricultores residentes no PAVTA,  
por terem confiado a mim, dados importantes sobre as suas vidas,  
mas acima de tudo, por sentir neles que há esperanças e fé de que  
dias melhores virão, e a terra será de fato um instrumento de  
construção da cidadania***

## RESUMO

CARTAXO, W. V. O Assentamento Venâncio Tomé de Araújo: repercussão social da reforma agrária no município de Campina Grande/PB. 2013. 95f. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande.

Os estudos sobre a eficiência e a eficácia da política nacional de reforma agrária do Brasil retratam de forma contextual os diferentes níveis de desenvolvimento e crescimento dos assentamentos que, independentemente da sua região de inserção, ocorrem de forma heterogênea. Neste sentido, buscou-se com este trabalho de pesquisa conhecer o cotidiano do assentamento Venâncio Tomé de Araújo, que foi criado em 1999, situado no semiárido nordestino na zona rural do município de Campina Grande/PB. Utilizou-se a metodologia de estudo de caso, aplicada sobre a premissa de uma intervenção contextual, interativa e ética, com o objetivo de identificar e conhecer a situação geral dos níveis de desenvolvimento e crescimento do assentamento, em especial a qualidade de vida das famílias residentes, decorridos mais de uma década de sua fundação. O estudo de campo teve como universo amostral 42 famílias residentes, sendo que desse total foram entrevistados 31 representantes dessas famílias, que representou 73,8% do universo amostral. O questionário semi-estruturado foi composto por 46 questões objetivas e 5 questões subjetivas e arguiu diretamente o(a) responsável pelo grupo familiar. O instrumento de pesquisa aborda aspectos socioeconômicos e demográficos relevantes, além de informações referentes à vivência no assentamento, sobre a assistência técnica, suas expectativas para o futuro e o nível de satisfação com a condição de assentado. As informações colhidas retratam um baixo nível de escolaridade; baixa renda familiar mensal; predominância de renda não agrícola originada nos programas do governo, além de restrições no acesso à água, ao transporte coletivo, à assistência técnica e aos serviços de saúde; insatisfação com a condição social de assentado e com a atuação do INCRA; perda de esperança da maioria das famílias; ausência de investimentos produtivos dos programas de apoio e fomento oficiais. A ineficiência da gestão e de intermediação entre os assentados e destes com o INCRA, e as restrições climáticas predominantes no espaço territorial do assentamento, repercutiram e potencializaram o baixo nível de desenvolvimento econômico, ambiental e social, onde a situação de quase nenhuma produção e renda agrícola provocou a insegurança alimentar, instabilidade econômica, desânimo e falta de perspectivas nas famílias, pois o quadro identificado no seio do assentamento revela a existência de uma verdadeira favela rural improdutiva, que tem tornado os assentados dependentes crônicos dos programas governamentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar, Reforma agrária, Assentamento

## **ABSTRACT**

CARTAXO, W. V. The Venâncio Tomé de Araújo settlement: social impact of the land reform in Campina Grande/PB. 2013. 95p. Master's thesis (Regional Development) – State University of Paraíba and Federal University of Campina Grande.

Studies about the efficiency and efficacy of the land reform national politics from Brazil show the different level of the settlements' development and growth, that regardless their region, it occurs in a heterogeneous manner. In this sense, this research intends to know about the reality of the Venâncio Tomé de Araújo settlement, which was created in 1999, located in northeast semiarid region, in the rural area from Campina Grande/PB. We used the case study methodology, applied with a contextual interactive and ethical intervention, with the objective of identifying and knowing the general situation of the development and growth levels of the settlement, especially, the quality of life of the people that live there, after more than ten years from the foundation of the settlement. The sample of the field study was comprised of 31 head of a family, representing 73,8% of the head of a family quantitative. The semi-structured questionnaire was composed of 46 objective questions and 5 subjective questions and asked directly the responsible for the family members. The instrument of this research consists in relevant social-economic and demographic aspects, besides information about their experience as settlement people, about the technical assistance, their expectations about the future and the level of satisfaction with their condition of rural setting. The collected information show a low level of education; low familiar income; predominance of not agricultural income, originated from the government programs, besides the restrictions to the water access, to the public transport, to the technical assistance and to the health services; dissatisfaction with the social condition of rural setting and with the INCRA performance; the loss of hope of most of the people; the lack of productive investment of the support programs and social promotion. The inefficiency of the management and of intermediation among the rural setting and between them and INCRA, and the climate restrictions predominant in the área of the settlement affected and potencialized the low level of economical, environmental and social, where the situation of almost no production and agricultural income caused a food insecurity, economical instability, discouragement and lack of the families prospects, because the reality identified in this research shows the existence of a true unproductive rural slum, which has been turning the settlement people into a chronic dependent people to the government programs.

**KEYWORDS:** Family farming, Agrary reform, Settlement

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Caracterização sociodemográfica dos assentados do PAVTA. Campina Grande – PB, 2012 .....	48
TABELA 2	Profissão/ocupação antes de se tornarem assentados. Campina Grande - PB, 2012 .....	52
TABELA 3	Fonte de renda dos grupos familiares. Campina Grande - PB, 2012...	53
TABELA 4	Infraestrutura das casas e acesso aos bens de uso doméstico pelos assentados. Campina Grande - PB, 2012.....	58
TABELA 5	Meios de comunicação utilizados pelos assentados. Campina Grande - PB, 2012.....	59
TABELA 6	Dados de saúde da família. Campina Grande/PB, 2012.....	59
TABELA 7	Histórico dos grupos familiares do assentamento. Campina Grande - PB, 2012.....	60
TABELA 8	Dados da propriedade e da criação animal. Campina Grande -PB, 2012.....	63
TABELA 9	Avaliação sobre a realidade do assentamento. Campina Grande - PB, 2012.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ABRA</b>	<b>Associação Brasileira da Reforma Agrária</b>
<b>AMAVTA</b>	<b>Associação dos Moradores do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo</b>
<b>COONAP</b>	<b>Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Auto-Promoção</b>
<b>CRAVTA</b>	<b>Cooperativa Rural do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo</b>
<b>DIEESE</b>	<b>Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos</b>
<b>DNOCS</b>	<b>Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas</b>
<b>EMATER PB</b>	<b>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba</b>
<b>EMBRAPA</b>	<b>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>INCRA</b>	<b>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária</b>
<b>INTERPA</b>	<b>Instituto de Terras e Planejamento da Paraíba</b>
<b>IPEA</b>	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>
<b>MDA</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>
<b>MST</b>	<b>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</b>
<b>PA</b>	<b>Projeto de Assentamento</b>
<b>PAVTA</b>	<b>Projeto de Assentamento Venâncio Tomé de Araújo</b>
<b>PDA</b>	<b>Plano de Desenvolvimento do Assentamento</b>
<b>NRA</b>	<b>Plano Nacional de Reforma Agrária</b>
<b>PRONAF</b>	<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar</b>
<b>RB</b>	<b>Relação de Beneficiários</b>
<b>SIPRA</b>	<b>Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária</b>
<b>STR</b>	<b>Sindicato dos Trabalhadores Rurais</b>
<b>UDR</b>	<b>União Democrática Ruralista</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>CAPÍTULO 1 TRAÇOS HISTÓRICOS DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA , UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO PERÍODO DE 1950 A 2012</b>	<b>19</b>
1.1 A gestão da reforma agrária no Brasil.....	19
1.2 Breve apontamento sobre o Estatuto da Terra e a Agricultura no Brasil.....	28
1.3 Agricultura familiar brasileira.....	31
<b>CAPÍTULO 2 O PAVTA E A SUA TRAJETÓRIA DE CONFLITOS E INCERTEZAS</b>	<b>33</b>
2.1 A fazenda Quixaba, na gestão do deputado federal Antonio da Costa Gomes.....	33
2.2 A fazenda Quixaba, na gestão do pecuarista José Farias Holanda.....	34
2.3 O assentamento Venâncio Tomé de Araujo.....	35
2.4 Conflitos internos – um relato de experiência.....	36
<b>CAPÍTULO 3 ASPECTO GERAIS E CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NO ASSENTAMENTO VENÂNCIO TOMÉ DE ARAUJO - RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>47</b>
3.1 Etapa quantitativa.....	47
3.2 Etapa qualitativa.....	66
<b>CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é estudar a repercussão das políticas públicas no Assentamento Venâncio Tomé de Araújo, situado na zona rural do Município de Campina Grande, PB, por meio de um estudo de caso, abordando a sua trajetória. Adentrando na história do assentamento, sabe-se que foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no ano de 1999, em atendimento às reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Sindicato dos trabalhadores rurais do Município de Campina Grande, com o propósito de assentar 200 famílias. Decorridos 12 anos de sua criação, foi desmembrado no dia 9 de novembro de 2010, permanecendo com o mesmo nome e passando a ter uma área de 1.308 hectares, desta feita para assentar 42 famílias, e, na outra parte da área, foi constituído o Assentamento Vitória para atender a 40 famílias, remanescentes do desmembramento.

Acerca da divisão de terras, informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006), apontam a existência, no Brasil, de uma ampla desigualdade na distribuição destas terras, quadro que tem se mantido inalterado nos últimos 20 anos, mesmo considerando os esforços governamentais para mudar esta realidade, que impacta na concentração de riqueza e coloca o Brasil na condição de possuir a segunda pior distribuição de renda no mundo.

Ao corroborar com estas assertivas, dados apontados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA (2008), mostram que, por causa da alta concentração de riqueza por uma minoria - 10% da população mais rica do Brasil possui 75,4% de todas as riquezas - a luta pela terra por meio de ocupações e, conseqüentemente, a criação de assentamentos rurais tem crescido ao longo dos tempos, principalmente a partir da década de 1980.

De acordo com o último censo IBGE (2010), ressaltado por Leal e Werneck (2011), mesmo registrando quedas na desigualdade de renda, essas condições permanecem quase inalteradas, pois 10% dos brasileiros considerados como pertencentes ao grupo classificado pelos analistas, como a “nova classe média”, possuem renda per capita mensal de R\$ 5.345,22, enquanto a faixa mais pobre tem renda per capita mensal de R\$ 137,06.

Esses números revelam um Brasil de desigualdades, mesmo com os avanços sociais da última década, revelados na elevação do índice de Gini (que mede a concentração de renda ou desigualdades entre grupos sociais), que cresceu em 1,9% nos últimos dez anos, de acordo com Silva e Casalinho (2011). São apontados como motivos para elevação desse índice dois fatores principais: o agronegócio foi o modelo de desenvolvimento para o meio rural que predominou neste período, atuando no reforço da concentração fundiária; e a reforma agrária.

A reforma agrária, a partir de 1964, passou a ser um tema central para os governos, como uma questão de política regional e de alternativa para reverter o quadro de concentração da renda decorrente da concentração fundiária e, com este fim, foi criado o Estatuto da Terra, o qual encerrava todo o esboço e a lógica do tema a ser desenvolvido, com o propósito de reduzir a condição de extrema concentração fundiária existente nas diferentes regiões do País.

No entanto, ao que pode ser identificado, estabeleceu-se uma lógica de abordar e resolver apenas conflitos agrários pontuais, sem atacar o problema da concentração, e isso permitiu ou contribuiu para a sustentação e o fortalecimento dos grandes proprietários de terras, sem viabilizar o processo de partilha de terras desejado pela sociedade, por meio do qual os agricultores sem-terra pudessem ser contemplados, e, assim, contribuir para uma nova configuração no quadro da posse desse bem estratégico para os brasileiros.

Dentro dessa premissa de impactar para reduzir desigualdades inerentes à concentração fundiária no Estado da Paraíba, as ações da reforma agrária contemplam a instalação de 292 assentamentos, nos quais habitam 14.464 famílias, (Portal Incra/Supra, 2012), sendo que a maioria dos assentamentos foi instalada sob a intervenção e gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e uma pequena quantidade deles, por meio do Instituto de Terras e Planejamento da Paraíba (Interpa), órgão estadual que também atua com a temática.

Segundo Fernandes (2006), de forma proporcional no Brasil, das 36.031 famílias assentadas em 2003, 24% foram instaladas em terras desapropriadas ou compradas e 76% em lotes de assentamentos já existentes; em 2004, o governo Lula assentou 81.254 famílias, sendo 32% assentadas em terras desapropriadas ou compradas e 68% em lotes de assentamentos já existentes; em 2005, 127 mil

famílias foram assentadas, sendo 21% em terras desapropriadas ou compradas, 24% em lotes de assentamentos já existentes, 39% em assentamentos implantados em terras públicas e 16% em assentamentos que já existiam em terras públicas.

A dinâmica aparente da reforma agrária brasileira, ensejada pela condição do acesso à terra para um contingente significativo de trabalhadores no Estado da Paraíba, pode parecer expressivo e relevante no aspecto quantitativo do número de beneficiários, mas quando se avalia os aspectos qualitativos, refletidos pelas condições de vida da maioria das famílias assentadas, observa-se que estão aquém, pois não atendem às premissas da reforma agrária preconizada pelo governo e desejada pela sociedade brasileira, surgindo, assim, a necessidade de se debater o tema de forma continuada e crítica, levantando-se os problemas e propondo alternativas que possam contribuir com a melhora da eficiência do modelo, ora em curso no País.

Um exemplo característico da visão quantitativa e da pouca relevância qualitativa da reforma agrária na Paraíba pode ser identificado no Projeto de Assentamento Venâncio Tomé de Araújo (PAVTA), cuja construção ocorreu em 1999, baseada nas premissas paradigmáticas do modelo clássico de desenvolvimento e inovação - universal, mecânico e neutro -, como se o processo de produzir e trabalhar na terra fosse simples, esquecendo-se completamente do resgate dos valores contextuais do beneficiário nos seus costumes, hábitos, saberes, experiências e potencialidades inerentes ao local onde foi implantado o assentamento.

Tal fato é evidenciado por Silva (2009) no seguinte trecho:

A valorização do contexto como referência implica a aceitação de que o conhecimento não é universal, e sim contextual. Para ser localmente significativo, o conhecimento deve ser gerado e apropriado no contexto de sua aplicação (dimensão prática) e implicações (dimensão ética). Por isso, o contexto é a referência máxima para uma comunidade de atores que decide fazer contribuições relevantes para os atores sociais e institucionais da realidade para a qual existe (SILVA, 2009, p. 361).

Ao notar-se que, quando da formação do assentamento, não se consideraram o perfil das famílias beneficiárias e as condições a eles impostas pelo ambiente edafoclimático predominante na propriedade e muito menos, se definiu e assegurou qual seria a logística mínima de apoio, para que eles se apropriassem de forma

sustentável do novo modelo de vida.

A ausência de partilhamento e interação das informações para a inovação, no caso a mudança de vida dos assentados, requer como premissa a participação daqueles que dela necessitam e que por ela serão impactados, condição pouco observada na constituição do assentamento, pois, quando da aplicação da pesquisa de campo, as falas dos assentados denunciaram este hiato, que se confirmou na forma de agrupar e abrigar as famílias em agrovilas, e não diretamente nos lotes, e, também, no modelo de produção coletiva imposto aos assentados sem uma capacitação prévia do grupo.

Portanto, a pesquisa apoiou-se na investigação da realidade do PAVTA, tendo como hipótese exploratória que o estado de estagnação econômica, social, cultural e ambiental ali existente é fruto de erros acumulados desde a concepção do dimensionamento inicial, que previa o assentamento de uma quantidade excessiva de famílias, a falta de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), compatível com as condições de clima e solo predominantes no espaço territorial e o perfil dos beneficiários que, segundo a pesquisa de campo, 22,6% exerciam profissões urbanas, sem vinculação com a vida no campo, e que tinham outros motivos pessoais para optarem pela vida de assentado, mas que não tinham como proposta principal produzir na terra.

Acredita-se, também, que aspectos ligados à ausência ou ineficiência dos serviços de assistência técnica contribuíram para a falência do modelo de produção coletiva, implantado no início da ocupação do assentamento.

Essa condição fragilizou a produção dos assentados, repercutiu para que ocorresse a demora ou a não liberação dos recursos de fomento pelo Incra, que somados à instabilidade climática local potencializaram e repercutiram junto aos assentados, inviabilizando os meios imediatos de produzir na terra, que por certo provocaram instabilidade econômica, conflitos internos, desorganização produtiva e a evasão das famílias, fato que não raro ainda ocorre no assentamento.

A partir das hipóteses supracitadas, foram traçados os seguintes objetivos: compreender a repercussão social da reforma agrária no Assentamento Venâncio Tomé de Araújo e, para isso, descrever o perfil socioeconômico-demográfico e ambiental da população residente; apreender a história da constituição do assentamento; identificar os impactos da população sobre o espaço ocupado;

conhecer a lógica funcional e produtiva do assentamento; contextualizar a relação espaço ocupado versus população residente versus políticas públicas, para construir modelos partilhados de atuação em projetos de reforma agrária no Semiárido e gerar insumos na construção de um enfoque contextual, interativo e ético para inspirar políticas e orientar decisões visando contribuir com a melhoria do desempenho dos atuais e futuros assentamentos da reforma agrária.

A aproximação ao objeto de pesquisa, portanto, deu-se a partir de um estudo de caso, o qual é apontado pela literatura como uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real. As fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes, e múltiplas fontes de evidências são utilizadas.

De acordo com Gil (2002), aplica-se o estudo de caso quando se tem por objetivo estudar uma pequena quantidade de objetos de pesquisa de forma aprofundada; investigar fenômenos e condições específicas; utilizar favoravelmente a análise de temas complexos, permitindo a formulação de problemas e construção de hipóteses. Considera-se, ainda, o reduzido grau de controle que se tem sobre os eventos, ou o foco temporal (eventos contemporâneos versus fenômenos históricos, dentro do contexto de vida real).

Assim, os elementos suscitados indicam ser o estudo de caso a metodologia apropriada para se conhecer a realidade dos agricultores familiares do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo, da cidade de Campina Grande, PB.

Remetendo novamente aos aspectos históricos do PAVTA, porém de forma mais aprofundada, as publicações do Diário Oficial da União (1999, 2010) contemplam que ele foi criado em 1999, na zona rural de Campina Grande, PB, e se encontra distante 18 km da sede do município, com uma área total de 2.526,28 ha.

A proposta inicial do Incra foi criar um assentamento para atender a 200 famílias, que passou a ser concretizado mediante a ocupação gradativa das 200 casas, previamente construídas no modelo-padrão definido pelo Incra, as quais foram agrupadas em quatro agrovilas com 50 unidades habitacionais, cada.

Considerou-se que a divisão da área total da propriedade para 200 famílias resultaria em lotes individuais, com apenas 12,63 hectares/família, sendo que as condições limitantes de clima e solo predominantes na propriedade dificultariam a exploração econômica da agricultura e pecuária, tornando essa área inviável por ter

limitações de clima e solo e ser muito pequena para a sobrevivência digna de uma família.

Com o objetivo de intermediar a situação, a Embrapa Algodão passou a atuar no assentamento, para execução do projeto “Formação de Núcleos de Produção Artesanal do Sisal”, com apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil S/A e em parceria com a Cooperativa Rural do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo (CRAVTA), a fim de reintroduzir o cultivo do sisal mediante o plantio de 20 hectares de sisal híbrido 11648, no modelo de consórcios com culturas alimentares, forrageiras e oleaginosas.

Com isso, buscou-se capacitar a população na produção da cultura e incorporar a produção do artesanato da fibra e do pendão do sisal, visando gerar ocupação e renda para as famílias residentes, em especial para as mulheres que, normalmente, cuidam do trabalho doméstico.

O assentamento foi desmembrado em 9 de novembro de 2010, quando foi criado o Assentamento Vitória, e foi mantido o próprio Venâncio Tomé de Araújo, o qual passou a contar com 42 famílias, para ocupar uma área total de 1.308,95 hectares, e, após dedução das áreas de reserva, resultou em lotes individuais de aproximadamente 24,92 hectares para cada família.

Essa divisão e a redefinição do contingente de famílias a serem atendidas partiram de um desejo coletivo e partilhado dos dois grupos de assentados vinculados à Cooperativa Rural do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo (CRAVTA) e à Associação dos Moradores do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo (AMAVTA), tendo como premissa básica a necessidade de superação dos conflitos internos e externos e a tentativa de construir e consolidar um processo de gestão produtiva, capaz de viabilizar a inclusão produtiva das famílias assentadas.

Entretanto, nota-se que os assentados estão sob um gerenciamento burocrático imposto pelo Incra, no tocante ao empossamento das terras pelos assentados, considerando-se relevante adentrar na realidade vivenciada por estes e investigá-la, a fim de nortear soluções, para implementar uma melhor qualidade de vida para essas pessoas.

Assim, considerando-se o advento da pós-divisão e a nova realidade do assentamento, os estudos foram direcionados para conhecer a realidade atual, abordando as famílias inseridas na Relação de Beneficiários do Incra, onde constam

42 famílias, que foi definida como universo amostral.

Na aplicação do questionário, ao levar em conta as dificuldades operacionais internas, a pesquisa foi realizada com 31 famílias, representando 73,8% do universo amostral. Para realização de tal estudo, portanto, foram utilizados dois instrumentos aplicados em forma de entrevista com cada indivíduo investigado, sendo a análise dos dados realizada de duas formas: quantitativa e qualitativa, as quais serão explicadas separadamente.

A aplicação do questionário quantitativo e qualitativo ocorreu mediante entrevista com o(a) responsável pelo grupo familiar, a fim de inferir e avaliar o nível de repercussão das políticas públicas de apoio aos assentados, advindo das estratégias e logísticas disponibilizadas pelo governo federal e pelas instituições executoras do II PNRA, o qual tem como princípio geral incluir uma significativa parcela dos indivíduos que compõem a economia agrária brasileira, a fim de garantir crescimento do emprego, da renda e da produção desse setor (MDA/INCRA, 2003).

A parte quantitativa buscou coletar informações referentes à faixa etária, à composição do grupo familiar, procedência, escolaridade, renda, religião, habitação, transporte, saúde, educação, segurança, acesso à água, assistência técnica, meio ambiente, lazer; totalizando 46 questões.

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada do tipo aberta, com cinco questões, as quais foram gravadas com o auxílio de um áudio tape e, posteriormente, transcritas. Assim, buscou-se saber, primeiramente, qual a principal razão que levou os membros da família a trabalharem em atividades externas à propriedade. Em seguida, questionou-se o que os havia motivado a se tornarem assentados de reforma agrária. A terceira questão os instigou a descreverem como se sentiam na condição de assentados da reforma agrária. Logo após, buscou-se encorajá-los a fazerem sua avaliação sobre a atuação do Incra na implantação e gestão do assentamento. Por último, esses chefes de família foram questionados se recomendariam que seus filhos se tornassem assentados da Reforma Agrária e o porquê.

Nesse sentido, a fim de investigar a realidade do referido assentamento, os questionários foram aplicados durante visitas pré-agendadas nas residências dos assentados, durante os meses de junho, julho e agosto de 2012. As respostas para cada questionamento foram analisadas à luz da Análise de Conteúdo proposta por

Bardin (2009), onde se buscou interpretar seus discursos a partir dos pensamentos de autores.

Dessa forma, para melhor compreensão, o trabalho será apresentado em três capítulos. O capítulo 1 abordará “Traços históricos da reforma agrária brasileira: uma revisão bibliográfica do período de 1960 a 2012”; o capítulo 2 intitula-se “O PAVTA e o seu cotidiano de conflitos e incertezas”; e o capítulo 3 denomina-se “Aspectos gerais e caracterização das famílias residentes no Assentamento Venâncio Tomé de Araújo”.

## **CAPÍTULO 1. TRAÇOS HISTÓRICOS DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO PERÍODO DE 1950 A 2012**

### **1.1 A gestão da reforma agrária no Brasil**

Há um forte entendimento que a Lei 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras, praticamente criou os meios para a consolidação da propriedade privada da terra no Brasil, quando se definiu que as terras públicas ou devolutas (ociosas) só poderiam ser adquiridas por meio de compra. Com isso, surgiu, assim, a oportunidade para que os abastados da época se transformassem em grandes proprietários de terras, os chamados latifundiários, alijando do processo os posseiros e imigrantes estrangeiros, fatos que repercutem para a atual realidade fundiária existente no Brasil.

Em decorrência desses fatos, o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro tem como base a posse das terras e das demais riquezas produzidas no País, sempre com alta concentração dos fatores de produção nas mãos de um pequeno número de pessoas privilegiadas, deixando à margem do desenvolvimento socioeconômico a categoria dos agricultores familiares mais empobrecidos e sem-terra.

A situação consolidou-se e adentrou ao século seguinte, o que fez recrudescer, ainda que tardiamente, os movimentos organizados em defesa da reforma agrária, como a liga camponesa criada no Nordeste no Estado de Pernambuco na década de 1950, sob a liderança do advogado e deputado estadual e posteriormente deputado federal socialista Francisco Julião. O deputado apresentou um projeto de lei, o qual foi aprovado para incorporação do Engenho Galileia pelos camponeses, inicialmente com caráter de uma associação beneficente, que veio a se transformar no embrião da luta do Campesinato brasileiro, após cumprir o seu papel na defesa da reforma agrária, como um agitador social e disseminador do sonho reformista, embora sem a apresentação de um projeto de reforma consistente (GASPAR, 2013).

O movimento liderado por Francisco Julião ficou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas, originado no engenho Galileia, uma propriedade que congregava 140 famílias de foreiros. Tais famílias cultivavam os 500 ha de terra do engenho desativado em Vitória de Santo Antão, situado entre a região Agreste e a Zona da Mata de Pernambuco, a qual se autodenominou Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP).

Francisco Julião visitou Cuba, em 1960, acompanhando Jânio Quadros, e em 1961, na companhia de centenas de militantes, fato que repercutiu na imprensa que levou a mensagem das Ligas Camponesas para o mundo, pela sua mensagem das ideologias desenvolvimentistas, de integração nacional e de expansão da cidadania, temas amplamente debatidos no governo de Juscelino Kubitschek. As Ligas Camponesas chegaram ao ápice de seu prestígio político nacional e de grande repercussão internacional, onde políticos, principalmente dos Estados Unidos da América, e a opinião pública temiam o surgimento de outros focos revolucionários semelhantes ao da Revolução Cubana.

Conforme Novaes (1997), o Estado da Paraíba chegou a abrigar 19 Ligas Camponesas, sendo boa parte delas na região da Zona da Mata, em virtude de a região possuir uma grande concentração de engenhos. Quanto aos movimentos, o fato de terem existido 19 ligas não quer dizer que todas tenham sido registradas em cartório, ou que tenha tido significativa expressão política, tal qual a de Sapé.

Na Paraíba, nesse período, os acordos trabalhistas se davam por meio de pressão direta e por momentos de greve, liderados pelos próprios camponeses, vinculados à liga.

Nesse contexto, João Pedro Teixeira destacou-se como importante articulador da resistência e luta do campesinato frente ao poderio agrário na Paraíba, em especial, no Município de Sapé (NOVAES, 1977).

Em meio a esse cenário de greves, os camponeses não contavam com o respaldo Judiciário, dependendo, nesse caso, somente da pressão oriunda de suas ações para obterem sucesso em determinados acordos estabelecidos entre os proprietários e o campesinato. Ao passo que a liga foi ganhando mais associados e aumentando sua expressão no Município de Sapé, por meio de seu apoio e assistência ao homem do campo, também se intensificaram as preocupações dos latifundiários, no que tange ao suporte ao camponês, papel exercido pelas ligas,

função esta que o latifúndio de forma intencional e propagandista também efetuava (NOVAES, 1977).

Morto em abril de 1962, o líder camponês João Pedro Teixeira teve a notícia de sua morte repercutida em âmbito nacional, ocorrendo na cidade de Sapé passeatas contra a violência oriunda do latifúndio, bem como um ato público (NOVAES, 1977).

A desagregação do movimento campesino, imposto pelo golpe militar de 1964, eliminou a força das organizações, mas não conseguiu apagar e desarticulou suas reivindicações básicas, que passaram a ser incorporadas pelos sindicatos rurais de 1965 a 1983, com forte apoio da Igreja Católica brasileira por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do partido político Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os governos que se sucederam entre 1960 e 1983 sempre se valeram de estratégias políticas para controlar e vigiar os rumos da reforma agrária brasileira, conforme descrito por FACHIN (2006):

É fato inegável que o Governo Federal sempre tentou manter o controle no campo. Vendo em retrospectiva, são criados órgãos nacionais e regionais ao tempo em que os movimentos se fortalecem. Nesse contexto é implantada a Superintendência Política e Agrária – SUPRA, no governo João Goulart, que logo a seguir é extinta e substituída pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Por fim é promulgado o Estatuto da Terra, uma resposta governamental, que embora reconhecendo a necessidade de uma política fundiária e traçando diretrizes para sua implementação, denota a intenção de resolver isoladamente os conflitos fundiários, evitando que os problemas do campo se disseminassem, do regional para o nacional, no intuito de serenar os ânimos e é sob essa ótica que também é criado, em 1969, o Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária – GERA. (FACHIN, 2006, p.4)

A partir da década de 1970, a gestão da reforma agrária passou a ser uma competência do Incra, criado para substituir as anteriores na gestão da reforma agrária brasileira. A autarquia possui uma trajetória histórica marcada pela instabilidade política, criada em 1970 pelo governo militar, que durou entre 1970/1984; foi extinta e recriada em dois momentos, o primeiro nos governos José Sarney e Itamar Franco entre 1985/1994; e a segunda fase iniciada no governo FHC, e, até hoje, continua à frente desse importante processo no Brasil.

Embora controverso na forma de aplicação e execução, o tema reforma agrária é apoiado por muitos e criticado por outros, que infelizmente na maioria das vezes definem as suas posições de crítica ou de apoio, sem um conhecimento real do tema, e ainda mais da situação enfrentada por uma família que conseguiu ser contemplada com um lote de terra da reforma agrária.

Na sequência da sina histórica de lutas para implementar e consolidar a reforma agrária no País, surge o mais expressivo agente de mobilização nacional de luta permanente pela reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, durante o primeiro encontro do movimento na cidade de Cascavel, PR, como uma tentativa de discutir e mobilizar a população em torno da concretização da **reforma agrária (CALDART, 2001)**.

A partir das ações do MST, criou-se uma nova dinâmica nacional com adeptos e contrários ao tema, ocupando os espaços midiáticos e institucionais e intensificando os debates para a construção das políticas públicas de Reforma Agrária, que deu origem aos dois PNRA, aplicados no País (FERNANDES, 2010).

Embora promissores nas suas propostas, os dois PNRA ainda esbarram nos entraves institucionais e burocráticos para uma aplicação efetiva das suas premissas, que levam em conta o cumprimento de um moroso processo de submissão às diferentes etapas necessárias para que o assentado se torne um proprietário rural de fato e de direito; sem contar as dificuldades operacionais impostas à rotina de um assentado, que pretende morar e produzir na terra, que, geralmente carece de uma assistência técnica apropriada ao seu perfil, que com raras exceções lhe é assegurada.

A Reforma Agrária, segundo Germer (2007), deve considerar outros fatores além da divisão e da posse da terra pela própria família do assentado. Um dos fatores essenciais é a capacitação para a produção no campo a partir de ações modulares, participativas, viabilizados pela atuação integrada dos agentes externos da assistência técnica e as famílias assentadas, para a capacitação produtiva como forma de construir o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental.

Entretanto, essa realidade de programas efetivos de capacitação para organização produtiva e de gestão dos assentamentos não é comum para a maioria dos assentamentos. Estes seguem à deriva sem uma assistência técnica e apoios

necessários à apropriação e adoção de um modelo ajustado à sua realidade, como é o caso do PAVTA, que sofre desde a sua concepção e constituição, que ocorreu sem qualquer contextualização da realidade ambiental do lugar e dos eventuais assentados.

Infelizmente, essa é uma realidade que se repete nas cinco regiões do País, repercutindo para depreciar os resultados da reforma agrária. Mas, antes de tudo, é necessário internalizar a ideia de que a viabilidade social da Reforma Agrária existe, e não pode ser descartada como uma alternativa viável capaz de gerar emprego, renda e, por conseguinte, desenvolvimento rural brasileiro.

No entanto, para que ela se consolide como ferramenta de transformação de fato, carece do apoio de políticas públicas que promovam a integração da política fundiária e da política agrícola; viabilizando, assim, os meios necessários para construir desenvolvimento rural via aplicação de ações combinadas e apropriadas ao perfil do assentado, e as condições ambientais do espaço agrário, ocupando, fortalecendo a agricultura familiar para a conquista da função social da terra.

Os debates sobre o tema da Reforma Agrária no Brasil remontam ao tempo do Brasil Colônia, onde as Sesmarias e Capitanias Hereditárias eram a forma corrente de domínio e posse da terra - modelo este que repercutiu ao longo dos anos para a alta concentração fundiária, gerando pobreza e conflitos sociais no campo, que persistem até hoje (JUNGES, 2003).

Na década de 1960, a reforma agrária era debatida como uma grande solução para as questões nacionais. Exemplo disso ocorreu no governo Jango, o qual anunciou que iniciaria as reformas de base do Brasil pela reforma agrária.

Com a ascensão dos militares ao poder em decorrência do golpe militar de 31 de março de 1964, os movimentos sociais vinculados ao tema da reforma agrária, como as ligas camponesas, foram fortemente reprimidos e, em contrapartida, o governo militar criou e promulgou em 30 de novembro de 1964 a Lei nº 4.504 – Estatuto da Terra, que pretendia ser a ferramenta para criar oportunidades de posse e dar uma função social para a terra, mediante a extinção do latifúndio, iniciativa amplamente rechaçada por causa dos interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil.

A reforma agrária pouco avançou, e, para Bergamasco (1997), o Estatuto da Terra tornou-se uma letra morta como solução dos problemas agrários do Brasil, em nada contribuindo para reduzir a concentração fundiária, respaldando um longo processo de colonização nas regiões Norte e Centro-Oeste, via importação de colonos do Sul e Sudeste, sem resolver a situação dos trabalhadores rurais das outras regiões de conflito agrário que também pleiteavam conseguir terra para trabalhar.

O apoio deliberado do governo militar para a modernização da agricultura, por meio da mecanização e dos insumos químicos, impôs a Revolução Verde à agricultura do Brasil, com o objetivo maior de produzir para exportar (BALSAN, 2006). Este propósito restrito deu suporte ao surgimento da classe dos trabalhadores rurais assalariados, que nasceu marcada pelo baixo poder de compra, desemprego sazonal, precárias condições de trabalho e exclusão social (MOREIRA, 2000). Isso contribuiu para o maior êxodo rural ocorrido no Brasil, que ocorreu durante a década de 1970 (MARTINE, 1987), quando milhões de pessoas - dentre elas, assalariados e agricultores familiares - foram tangidas do campo para a periferia das cidades, face à situação crítica da vida rural, e também, por causa da nova perspectiva gerada pelo desenvolvimento industrial dos grandes centros urbanos.

Na gestão dos militares, que durou de 1964/1985, foram assentadas apenas 77.465 famílias, a maioria delas em agrovilas, com preocupação maior de atender à colonização de áreas remotas da região Norte e Centro-Oeste (LIMA, 2001). Na década de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para coordenar a reforma agrária (LEI Nº 1.110 de 1970).

Nesse período, a articulação popular e as pressões em prol da reforma agrária aumentaram com o surgimento de movimentos organizados, com os agricultores sem-terra realizando invasões de terras no Sul; em consequência delas, organizaram-se ao final da década os movimentos que inspiraram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que foi criado em 1984/1985.

Em contrapartida, os proprietários rurais também se organizaram e iniciaram mobilização para criar uma entidade representativa, que veio a ser conhecida como a União Democrática Ruralista (UDR), que foi criada entre 1985/1986, como forma

de ter uma interlocução com o governo, congresso nacional, garantir o direito da propriedade e enfrentar às ameaças eminentes dos trabalhadores sem-terra (MORISSAWA, 2001).

De acordo com Bergamasco (1997), nos anos 1980 e 1990, a temática dos movimentos de trabalhadores rurais começou a ganhar espaço na sociedade, sendo a problemática da reforma agrária um aspecto muito discutido. Pois, na década de 1980, os incentivos governamentais aos grandes empreendimentos agropecuários e extrativistas e a lentidão na aplicação da reforma agrária ampliaram a concentração fundiária no Brasil.

Enquanto 4,5 milhões de pequenas propriedades, com até 100 ha, detinham apenas 20% da área e empregavam 78% da força de trabalho rural, apenas 50 mil grandes propriedades com mais de 1.000 ha ocupavam 45% da área e absorviam apenas 4% da mão de obra (OLIVEIRA 2001).

Iniciou-se, então, a estagnação do modelo de desenvolvimento urbano industrial, promovendo a escassez de postos de trabalho urbano, que, somados à falta de uma política agrícola efetiva, causou o aumento do número de famílias com pouca ou nenhuma terra, impactando para um debate acirrado da sociedade e dos movimentos organizados, em especial no meio rural, contribuindo para o lançamento do I PNRA em 1985 no Governo Sarney (CARTER, 2010).

Na década de 1990, o tema ganhou mais força e apoio da sociedade brasileira, pois a crise da década passada, provocada pelo desemprego na cidade e no campo, sensibilizou os governos para aplicação de políticas para ampliar a função social da terra. Os dados do "I Censo da Reforma Agrária do Brasil", realizado em 1997, evidenciaram a sua importância, pois no período de 1985/1997, foram assentadas 320 mil famílias em, aproximadamente, 1.500 assentamentos (GUERRA, 2002).

Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994/1998), foram assentadas 186.530 famílias e, ao final de 8 anos, foram assentadas 579.733 famílias. Desse total, 70% foram assentadas nas regiões Norte e Nordeste, denotando que os números já eram muito significativos, mas ainda muito aquém da demanda sinalizada pelo MST (INCRA, 2006). No entanto, não se pode apenas considerar como importante a quantidade de famílias assentadas; é necessário avaliar as condições em que elas foram assentadas e qual a logística de apoio

disponibilizada, independente de qual seja o governo.

Nota-se, pelas dificuldades de desenvolvimento da maioria dos assentamentos, que o foco principal sempre foi a quantidade de famílias assentadas e não a qualidade de vida auferida por elas após a condição de ser assentada, conforme os resultados verificados durante o governo FHC. Esses resultados refletem a seguinte realidade: a maioria dos assentamentos (62%) está localizada na Amazônia, dos quais antigos posseiros foram transformados em assentados; 27% são relacionados a projetos de governos anteriores; 90% não possuem abastecimento de água; 80% não têm estradas e energia elétrica; 57% não possuíam crédito para habitação; e 53% não têm assistência técnica, desconsiderando o viés da qualidade como uma vontade explícita, deduzindo-se que quantidade sempre foi o foco principal (OLIVEIRA, 2003).

Essa realidade mostrou uma tendência ainda atual, que repercute nos novos assentamentos, como é o caso do PAVTA. Esse assentamento não consegue acessar uma assistência técnica efetiva e padece pela ausência de projetos relevantes para orientar e organizar as famílias para produzir e cumprir a função social da terra, tirando dela segurança alimentar e financeira para uma vida digna.

Na virada do século, com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso e a ascensão ao poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esperava-se que a reforma agrária entrasse em um ritmo mais acelerado, porém, mesmo com as novas diretrizes do II PNRA (2003), isso não ocorreu. Dentre as diretrizes, destacavam-se: a realização de uma Reforma Agrária massiva, ao estabelecer como metas assentar no período 2003/2006 400.000 novas famílias; a concessão do crédito fundiário para 130.000; a criação de estabilidade e regularização fundiária para 500.000.

Esses números podem ser considerados muito expressivos, se comparados com as 238.010 famílias assentadas entre 1995/1998 e, de 286.370 no período de 1999/2002 (II PNRA /MDA, 2003/2006).

Segundo dados do Incra (2010), ao final do governo Lula, o volume de terras para reforma agrária cresceu 129%, indo de 21,1 milhões de hectares, entre 1995/2002, para 48,3 milhões de hectares, entre 2003/2010. A quantidade de famílias beneficiadas aumentou nos 8 anos, chegando a 614.093, e também foram criados 3.551 assentamentos. Atualmente, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, sendo 8.763 assentamentos atendidos pelo

Incra, onde vivem 924.263 famílias.

Considera-se que os números finais da reforma agrária são oscilantes e conflitantes, pela grande flutuação da quantidade de famílias tidas como assentadas, que, por vários motivos, abandonam os assentamentos, como ocorreu no PAVTA, onde se identificou, durante as entrevistas e a aplicação do questionário, que, mesmo na efervescência da fase de ocupação inicial do assentamento, apenas 65 foram a quantidade máxima de casas ocupadas, das 200 casas construídas pelo Incra no assentamento.

Não se sabe, portanto, qual a situação das 389 famílias listadas no Portal Incra/Sipra 2012, como assentadas do PAVTA, pois, ao que fomos informados pelas lideranças do PAVTA, muitas destas famílias constantes na lista já largaram em definitivo o sonho de ser um assentado.

Em contraponto aos dados do Incra, replicamos aqui a opinião do pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor da Universidade de São Paulo, em artigo publicado no jornal on-line Causa Operária de 04/3/2011, onde ele afirma que os dados divulgados pelo Incra para o período 2003/2009 não correspondem à realidade, pois 26,6% das famílias assentadas por Lula já viviam e produziam na zona rural, porém sem título de propriedade.

Além disso, ele afirma que 38,6% do total desses dados seriam de famílias que ocuparam lotes abandonados, e que famílias assentadas que tiveram que ser transferidas de um local para o outro também foram utilizadas no cálculo do Incra. Conclui o mesmo que, somente, um terço correspondente a 34,4% dos dados apresentados são realmente de famílias assentadas no governo Lula, o que, dessa forma, os dados constatados em relação aos agricultores alistados como assentados do PAVTA corroboram e fortalecem o argumento do professor Ariovaldo Umbelino.

De acordo com os números da reforma agrária brasileira, o desempenho do governo Dilma tem sido definido como o pior dos últimos 17 anos, pois, até 2011, foram assentadas apenas 21,9 mil famílias, quantidade considerada inexpressiva, quando comparado com os primeiros anos dos governos FHC e Lula, respectivamente, 43 mil e 36 mil famílias assentadas.

No entanto, aponta-se que, nesse governo, a reforma está mais empenhada em trabalhar a qualidade mediante a melhoria da logística de apoio aos assentamentos já existentes, com intuito de montar uma lógica funcional capaz de

facilitar o processo de consolidação produtiva dos atuais e futuros assentamentos.

Nesse prisma, torna-se imprescindível que os assentados necessitam ter acesso a um modelo diferenciado de assistência técnica e extensão rural, que organize e fortaleça nos assentados o espírito associativo e coletivo, como forma de viabilizar e otimizar os recursos dos investimentos produtivos que, normalmente, fazem ou devem fazer parte da rotina para as famílias contempladas com a reforma agrária no Brasil.

Mas é fato que na maioria das vezes observa-se que estas regras não são cumpridas e os assentados ficam à mercê da própria sorte e na dependência de iniciativas isoladas e descontinuadas, fugindo assim das premissas do II PNRA.

## **1.2 Breve apontamento sobre o Estatuto da Terra e a Agricultura no Brasil**

Segundo o Estatuto da Terra (1964), a reforma agrária tem a finalidade de “atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade”. Porém, conforme já abordado, há desafios a serem vencidos para que essa realidade seja posta em prática, visto que os assentados necessitam de orientação técnica, incentivos, estrutura adequada de trabalho e de recursos financeiros que contribuam para viabilizar a apropriação e adoção da nova forma de vida como assentado.

Essa realidade lógica é uma premissa generalista e também já percebida por quem conhece e discute o tema reforma agrária. Mas, ao que se observa, na realidade do PAVTA, há uma quase ausência de medidas efetivas para atender a essas premissas, impactando negativamente na qualidade de vida das famílias assentadas, dado ao caos econômico, social e ambiental a que estão submetidas.

O Censo Demográfico do ano de 2000 confirmou existir no meio rural brasileiro 5 milhões de famílias de agricultores, com renda mensal restrita, abaixo de dois salários-mínimos (II PNRA, 2004), repercutindo para que no meio rural sejam identificados elevados índices de mortalidade infantil, incidência de endemias, insalubridade e de analfabetismo, que tem como causa a ausência de serviços públicos, ou o acesso muito restrito a eles.

Condição ainda pior é facilmente identificada entre as famílias do PAVTA, cuja renda proveniente da atividade agrícola e pecuária quase não existe, e, ainda que seja mínima a renda das famílias, depende dos programas governamentais, relegando-as a uma perspectiva mínima de desenvolvimento e crescimento, onde a renda média per capita/dia no assentamento é de apenas R\$ 4,91, que relega o assentado a uma condição de dependente extremo de apoios externos.

De acordo com o último censo (IBGE, 2010), entre 2000 e 2010 a população rural sofreu uma perda de dois milhões de pessoas e, agora possui 29,8 milhões, ou 15,65% da população total do País, que é de 190,8 milhões. O artigo 1º do Estatuto da Terra (1964) estabelece que a Reforma Agrária seja um “conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição de terra mediante modificação no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade”.

A Reforma Agrária poderia minimizar os problemas apontados no meio rural brasileiro, onde os assentamentos de Reforma Agrária existem desde 1964, instituídos pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro daquele ano. Porém, desde então, dificuldades vêm sendo acumuladas no que diz respeito à concretização desses assentamentos como forma de resolução dos problemas das famílias que não tinham terra para trabalhar e que se inscreviam nos programas de Reforma Agrária.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2008), em seu V Plano Diretor 2008-2011 e estudos de cenários para 2023, a agricultura possui um sentido amplo e abrange a produção, o beneficiamento e/ou a transformação de produtos agrossilvipastoris, agrícolas e extrativistas, pois compreende desde processos mais simples até os mais complexos, inclusive o artesanato no meio rural e a agroindústria em seu conceito ampliado, que abrange insumos, máquinas, agropecuária, indústria e distribuição.

Em suma, o conceito de agricultura, para a Embrapa, envolve suas relações com a indústria e com os serviços praticados no campo, porque se trata de atividade humana que se amplia além das fronteiras da produção agropecuária até alcançar o consumidor – seja individual, coletivo ou institucional – dos campos e das cidades. Estudos têm mostrado que a agricultura é fundamental para o crescimento da economia, mesmo em países majoritariamente urbanizados, como o Brasil (SOARES, 2001).

Historicamente, o Brasil sempre teve contrastes na distribuição de riquezas, fato que poderia ser diferente se no transcorrer de sua história as terras tivessem sido partilhadas de forma justa.

Por isso, se faz urgente ajustar o foco da reforma agrária para que de fato ela seja aplicada em consonância com as diretrizes e premissas do II PNRA, ora em curso no País, o que pode ser referendado pelos dados mais recentes do relatório do Incra de dezembro de 2010, que expõe o tamanho da reforma agrária do Brasil, a qual apresenta 85,8 milhões de hectares incorporados e a existência de 8.763 assentamentos atendidos pelo Incra, onde vivem 924.263 famílias (INCRA, 2010).

Nesse prisma de crescimento numérico da reforma agrária, é necessário estabelecer uma logística que viabilize a inserção dos assentados no mercado, pois a modernização do setor rural independe do perfil do produtor, seja ele pequeno, médio ou grande; todos devem possuir uma lógica de integração entre as cadeias produtivas de distintos setores (indústria de máquinas e insumos), considerando seu papel relevante para o suprimento da agropecuária e da indústria de processamento, marketing e distribuição.

Nas últimas décadas, a agricultura brasileira deixou de ser um setor relativamente autônomo e independente dos demais, para inserir-se de forma mais profunda no sistema econômico. Em consequência, os limites entre agricultura, indústria e serviços são cada vez menos nítidos e vão, paulatinamente, perdendo relevância analítica.

Faz-se necessário, portanto, que se analise a economia seguindo a lógica das cadeias produtivas, que englobam as diversas etapas do processo produtivo (SEAPRO, 1995). Porém, para que essa transformação seja eficiente, o conhecimento é importante, pois pode assegurar a produtividade dos assentamentos, fixação das famílias na terra, proporcionando-lhes uma renda compatível e capaz de melhorar as suas condições de vida.

Para dar suporte técnico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra, informam ter aplicado R\$ 122 milhões em assistência técnica para os agricultores assentados, chegando este atendimento a 450 mil no ano de 2005, investindo, também, na infraestrutura de estradas, saneamento, habitação e abastecimento de água (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006).

Mesmo com esse volume significativo de recursos aplicados, observa-se que não houve ganhos significativos nos assentamentos em especial, no que diz respeito à assistência técnica, que via de regra é amadora, incompatível e sem projetos que contextualizem a realidade do assentado e as condições de clima e solo do seu território de inserção.

Por isso, ainda há muito a ser feito para se cumprir as metas acordadas no II Plano Nacional de Reforma Agrária, o qual foi elaborado a partir de um diálogo com distintos setores sociais, em particular, com as entidades de representação dos trabalhadores rurais, e corrobora o projeto do I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985, buscando retomar a trajetória anunciada por este (II PNRA, 2004).

### **1.3 Agricultura familiar brasileira**

Apesar de ser um termo usado com frequência em discussões nas diversas áreas de interesse – estudantes, Governo, movimentos sociais - os estudos sobre a temática da Agricultura Familiar no Brasil são recentes, aparecendo na literatura brasileira com mais consistência a partir da década de 1990. De acordo com a Lei brasileira nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), que abrange a agricultura familiar, o agricultor familiar é definido como sendo aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, numa área de até quatro módulos fiscais, com a utilização predominantemente de mão de obra da própria familiar em suas atividades econômicas.

A agricultura familiar detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Conforme o IBGE (2009), no Censo Agropecuário de 2006, foi relatado que em alguns produtos básicos da dieta dos brasileiros os agricultores familiares são responsáveis por, aproximadamente, 40% do valor bruto da produção agropecuária, 80% das ocupações produtivas agropecuárias e parcela significativa dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, como o feijão, a mandioca, a carne de suínos, leite, milho, aves e ovos.

Para Santos (2010), são em torno de 4,5 milhões de estabelecimentos, onde o Nordeste é a região brasileira que detém a maior parcela dos estabelecimentos agrícolas familiares do País (49,7%), comparado com as demais regiões, ocupando a maior fração da área (31,6%), com apenas 16,7% do valor bruto da produção.

Segundo Evangelista (2000), o Nordeste é a região que apresenta a menor área média por estabelecimento na agricultura familiar (17 ha) e a segunda menor na agricultura patronal (269 ha), sendo estes valores considerados bastante inferiores quando comparados às médias do País (26 ha e 433 ha, respectivamente).

A agricultura familiar do Semiárido explora estabelecimentos rurais com área média entre 5 ha e 20 ha (81%), o que é particularmente dramático se considerarmos a qualidade dos recursos naturais disponíveis, como a água, principalmente, mas também o acesso à terra (LEMOS, 2010). Assim, a forma de acesso e a qualidade dos recursos naturais influenciam decisivamente os sistemas produtivos adotados e condicionam a relação desses produtores com o mercado. Mas perdura a necessidade de se discutir em outros parâmetros esses condicionantes técnicos colocados se considerarmos que as muitas restrições tecnológicas causadas pela realidade natural da região têm solução, também, pela via tecnológica, como a convivência com as condições da semiaridez (SANTOS, 2010).

A agricultura familiar é, de fato, um grande seletivo de produção dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, essencial para o abastecimento do mercado interno brasileiro, constituindo-se em um grande espaço e oportunidade para ser ocupado pelos antigos e novos beneficiários da reforma agrária, condição que infelizmente não tem sido possível para a maioria dos assentados. Estes, embora beneficiários da terra, não conseguem acessar os meios e a logística de apoio necessários para explorar a terra de forma sustentável, auferindo renda satisfatória que lhes assegure autonomia na condição de assentado. O acesso a esta logística poderia criar no assentado um sentimento de cidadania, capaz de ser percebida por meio da elevação dos níveis de renda e nas condições socioambientais, mesmo em condições edafoclimáticas adversas.

## **CAPÍTULO 2. O PAVTA E O SEU COTIDIANO DE CONFLITOS E INCERTEZAS**

Será abordada neste capítulo uma breve narrativa de três momentos da fazenda Quixaba, espaço territorial de implantação do PAVTA: no primeiro momento, sob a gestão do deputado federal Antonio da Costa Gomes; no segundo momento, sob a gestão do pecuarista José Farias de Holanda; e no terceiro momento, na sua transformação no PAVTA.

### **2.1 A Fazenda Quixaba na gestão do deputado federal Antônio da Costa Gomes**

Antônio da Costa Gomes, nascido em **15/3/1917 na cidade de Umbuzeiro, PB, teve como profissões: agricultor, industrial, pecuarista, comerciante e político**; foi deputado federal pela Paraíba na legislatura de 1975/1979; 1979/1983, pela ARENA, e, na de 1983/1986, pelo PDS da Paraíba, quando renunciou em 11 de agosto de 1986 para concorrer e ser eleito como vice-governador da Paraíba. Na condição de deputado, teve atuação política dispersa nas diferentes regiões do estado; foi também vice-prefeito de Campina Grande, PB.

Até a década de 1990, a produção pecuária era a principal atividade da fazenda, por meio da criação de bovinos de corte da raça nelore e da criação de cavalos. A propriedade, no auge de produção do sisal, gerava mais de 200 empregos nos 400 hectares com plantios de culturas alimentares, tais como milho, feijão, jerimum e fava, além da plantação de sisal, cuja produção era destinada a abastecer uma fábrica de cordas, fios e barbantes que existia na fazenda, cuja produção era comercializada com os armazéns de diversos estados do Nordeste.

Havia uma preocupação permanente do antigo proprietário à época, deputado federal Antônio da Costa Gomes, com a extrema aridez da fazenda, sendo que, para minimizar a escassez de água para o suprimento humano e animal, montou boa infraestrutura de coleta e armazenamento de água em vários pontos na propriedade, com a construção de pequenos barreiros e cisternas (já sem condições de uso).

No entanto, a maior obra estruturante no segmento de recursos hídricos da

propriedade foi a construção de uma barragem com capacidade para armazenar mais de 6.000.000 m<sup>3</sup> de água, que, segundo comentários da época, foi conseguida junto ao Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS), por meio de articulações políticas do deputado proprietário com o então ministro do Interior, o coronel Mário David Andreazza.

Nessa barragem, estabeleceu-se uma farta produção de peixe e o plantio de culturas irrigadas, dentre elas, mais de 20 hectares de algodão e hortaliças, cultivadas às margens da barragem, por meio das famílias que trabalhavam na fazenda. Após a morte do deputado, a fazenda foi vendida pela viúva, senhora Ássima Gomes, no ano de 1994, ao empresário José Farias de Holanda.

## **2.2 A Fazenda Quixaba na gestão do pecuarista José Farias de Holanda**

Na gestão de José Farias de Holanda, que durou de 1994 a 1998, o foco de produção da fazenda passou a ser a pecuária, com a criação de gado de corte, e a exploração da barragem para a produção de peixe, além do plantio de culturas irrigadas. Segundo relatou pessoalmente a este pesquisador, o proprietário recordou que a fazenda possuía um grande potencial para produção, no entanto, havia dificuldades para controlar a presença de pessoas invasoras na área da barragem, que era constantemente invadida por pescadores estranhos ao quadro de moradores da fazenda.

Foram várias as tentativas para resolver a situação dos invasores, até mesmo com uso de vigilância armada, porém não foi possível resolvê-la, e, para José Farias, esta foi uma das razões para se desfazer da fazenda. No ano de 1998, o proprietário negociou a fazenda com o governo federal, para a implantação de um projeto de assentamento da reforma agrária, sob a supervisão e gestão do Incra, que veio a se chamar Venâncio Tomé de Araújo, em homenagem ao genitor do superintendente da época, senhor Márcio Araújo, que ainda hoje pertence aos quadros da Autarquia.

Segundo José Farias, que hoje, ao transitar nas estradas que cortam a fazenda, fica muito triste, pois nota um quadro geral de completo abandono, com

prédios caídos, casas dos assentados depredadas, currais em ruínas, cercas quebradas, e ao que parece sem qualquer produção. Finalizou: “Se imaginasse à época da venda que este quadro fosse acontecer, jamais teria vendido a fazenda”.

### **2.3 O Assentamento Venâncio Tomé de Araújo**

O Assentamento Venâncio Tomé de Araújo é um dos 298 assentamentos existentes no Estado da Paraíba, constituído no dia 14 de julho de 1999, por meio da incorporação pelo Incra, da Fazenda Quixaba, de propriedade do pecuarista José Farias de Holanda, com uma área total de 2.428 hectares. Tinha o propósito de assentar 200 famílias, das quais algumas residiam como moradoras do imóvel, e a maioria das famílias a serem beneficiárias foi arregimentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande.

Segundo declarações dos assentados que fazem parte da população original e ainda permanecem na área, o formato de ocupação da área pelas famílias ocorreu no modelo de agrovilas<sup>1</sup>, sendo definido pelo Incra que as famílias seriam assentadas em quatro agrovilas, tendo cada uma 50 casas construídas no modelo-padrão adotado pelo Incra. Segundo informações repassadas pelo presidente da CRAVTA, Geneton de Luna, e confirmada por outros assentados que acompanharam a fase de implantação do assentamento, “A decisão de assentar 200 famílias no projeto, adotar o modelo de agrovilas e de produção coletiva foi uma decisão unilateral do INCRA, com pouco ou mesmo sem nenhum debate com os futuros assentados”.

Argumentava-se que a terra era pouca e que a forma mais barata e melhor para produzir nessa condição seriam as agrovilas e a produção coletiva, mesmo sabendo que esse modelo de produção jamais tinha sido trabalhado pelos agricultores, ora em fase de adaptação à condição de assentados, denotando a falta

---

<sup>1</sup> Agrovila: modelo utilizado para fazer povoamento de áreas de assentamentos, a qual se caracteriza pela construção de casas em lotes vizinhos, dentro de um mesmo espaço, para habitação de agricultores de um assentamento rural (FRATA; PEREIRA; CAMPÊLO, 2010).

de uma abordagem contextual, interativa e ética com os futuros assentados (SILVA, 2009).

.A forma de habitação em agrovilas e o modelo de como produzir não foram previamente combinados com os assentados, relegando a uma pouca relevância as suas habilidades e a realidade do ambiente dominante no espaço ocupado. Na contradição reducionista do tamanho da propriedade imposta pelo Incra, estudo da Embrapa (INCRA/SE, 2005) considera que o tamanho mínimo de uma propriedade familiar na região do Semiárido, para produção nas condições de sequeiro e manejada com a força de trabalho da própria família, não deve ser menor do que 100 ha. Para que o equilíbrio produtivo aconteça, não é necessária, apenas, a posse da terra, mas também uma logística adequada de acesso à água, estradas, serviços de assistência técnica, crédito e a definição de produtos a serem trabalhados para atender ao autoconsumo e acesso ao mercado consumidor

Partindo-se dessa premissa da Embrapa, constata-se que a decisão do Incra, na sua posição monocrática de assentar as 200 famílias na área, pode ser considerada como inadequada, pois não considerou as particularidades do perfil dos assentados e a realidade edafoclimáticas do território de inserção, uma vez que a posse efetiva da terra para esse contingente resultaria em lotes com apenas 12,14 ha/família, mesmo sem descontar as reduções obrigatórias de reservas legais e, também, a área ocupada pelo espelho d'água da barragem, que no período de cheia ocupa uma área superior a 200 ha.

A falta de atividades produtivas, desde a fase de ocupação do assentamento, criou uma rotina ociosa nas famílias marcada pela falta de perspectiva de renda, provocando o avanço descontrolado das famílias sobre os recursos naturais, por meio do desmatamento da flora local para produção de carvão e lenha e da caça aos animais silvestres da fauna local, para consumo e/ou para venda, que mesmo na fazenda já explorada e trabalhada havia estes recursos em certo equilíbrio na propriedade, repercutindo para consolidar o atual quadro de desgaste ambiental do assentamento.

A atuação da Embrapa Algodão no Assentamento Venâncio Tomé de Araújo ocorreu com a execução do projeto: “Formação de Núcleos de Produção Artesanal do Sisal na agricultura familiar do Semiárido” (**APÊNDICE 5**) – realizado com o apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil S/A, em parceria com a CRAVTA.

O objetivo era capacitar as famílias residentes para produção do artesanato com a fibra do sisal e proporcionar a retomada do cultivo de sisal mediante a implantação de uma área inicial de 20 ha com o sisal híbrido 11648, utilizando-se o sistema desenvolvido pela Embrapa Algodão de cultivo do sisal com culturas alimentares e forrageiras. Nessa tecnologia, o espaçamento entre as plantas de sisal é de 5,0 m x 1,0 m, permitindo o plantio de outras culturas nas entrelinhas, gerando renda da terra no período que antecede a primeira colheita do sisal, que geralmente ocorre após 42 meses do plantio.

Considera-se que a possibilidade de gerar renda adicional pode funcionar como um indutor para a reintrodução da cultura sisal, para torná-la a principal cultura agrícola comercial para as famílias assentadas, assim como fora no passado, quando na fazenda existia um plantio comercial de 400 ha. Em seguida à apropriação e adoção do cultivo do sisal em consórcios, pretendia-se desenvolver o artesanato com a fibra e com o pendão do sisal, permitindo um melhor aproveitamento da planta do sisal e gerar ocupação e renda, principalmente, para as mulheres, que rotineiramente se ocupam com a lida doméstica.

O projeto foi encerrado em 2010, após realizar capacitação em artesanato para mais de 20 agricultoras e agricultores, no entanto, por causa do baixo nível de organização e da falta de interesse por parte do grupo treinado, as atividades de artesanato não prosperaram. Considerando o bom nível de relacionamento da equipe da Embrapa com os associados da CRAVTA, foi iniciado um novo projeto de manejo e conservação de solo no ano de 2012, condição que tem permitido um relacionamento permanente com o assentamento, principalmente no suprimento de apoio as ações nas intermediações com o Incra.

## **2.4 Conflitos internos – um relato de experiência**

Durante a minha convivência rotineira com os assentados na execução do projeto Sisal, observei a existência de um acirrado conflito entre os dois segmentos associativos das famílias residentes; deduzi que a situação, em parte, resultava da falta de intermediação entre os dois grupos de assentados, decorrente da ausência

de uma assistência técnica pontual, que pouco considerava a forma modular e participativa de organizar os agricultores e capacitá-los para produzir coletivamente, gerando sentimento de grupo e confiança mútua que fosse capaz de mediar às relações conflituosas entre os dois grupos.

Essa condição foi criada por causa da ineficiência, ou mesmo ausência, de uma ação coordenada dos responsáveis pela gestão do assentamento – entenda-se o Incra – que resultou no descumprimento das etapas regulamentares para implantação do assentamento e, como consequência desse hiato gerencial, aconteceu a individualização de ações, formação de grupos, sem ajuda ou intervenção do Incra ou de prepostos.

As dificuldades de sobrevivência das famílias se deram, em parte, por causa da degradação dos recursos naturais disponíveis, mata e fauna nativas, os quais foram acessados de forma descontrolada, provocando uma rápida degradação ambiental, que fez secar a fonte de renda, e até mesmo a falta de estratégia para utilizar um grande recurso disponível - a barragem grande -, que não foi utilizada para gerar alternativas de renda para as famílias.

Essa situação acentuou a falta de opção de renda imediata, provocando uma grande evasão das famílias residentes, que, segundo levantamento do Portal Incra/Sipra (2012), o PAVTA, já havia recebido 389 pessoas como beneficiário no seu cadastro, mesmo havendo a pretensão de assentar 200 famílias, observando-se que houve um acréscimo de 51,41% em relação à quantidade planejada.

O hiato entre as etapas regulamentares de estabelecimento e consolidação de um assentamento, somados a morosidade burocrática para transformação de uma fazenda em um assentamento, tem gerado a falta de autonomia na organização gerencial dos assentados e, em consequência, tem provocado o acesso livre e desordenado dos beneficiários e dos agentes externos aos recursos comuns das fazendas transformadas em assentamento. Situação que se repetiu no PAVTA, onde a falta de gestão e de organização produtiva provocou divisões e acirramento dos conflitos internos, que se sucederam entre os integrantes da cooperativa e da associação, que, por certo, impactaram na instabilidade produtiva e ambiental do assentamento.

Os conflitos arrastaram-se por vários anos e só começaram a ser administrados para uma solução definitiva, após a intervenção da Embrapa Algodão e da Fundação Sistêmica<sup>2</sup>, como mediadoras do conflito, que, após várias reuniões com as lideranças locais e as equipes do Incra, definiu a divisão em dois assentamentos como meio concreto para superação dos conflitos **(APÊNDICE 5)**.

Essa alternativa pactuada culminou com a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, em 14 de agosto de 2009, com a participação dos agricultores residentes, vinculados aos dois segmentos associativos, sob coordenação do Incra, Embrapa e Fundação Sistêmica.

Durante o processo de implantação do projeto Sisal pela Embrapa Algodão e o projeto Nosso Ambiente pela ONG Fundação Sistêmica, ocorreram dois episódios no assentamento que podem ser caracterizados por atos de terrorismo ou vandalismo inconsequentes.

O primeiro ocorreu no dia 15 de dezembro de 2008, quando a residência do presidente da CRAVTA, Sr. Geneton de Luna, foi totalmente destruída por um incêndio, provocando perda total dos seus pertences. Outro fato ocorreu em novembro de 2009, quando um incêndio destruiu 30 caixas de colmeias pertencentes ao projeto de apicultura, as quais estavam guardadas na casa-sede, para ser instaladas no apiário montado pela equipe técnica da ONG Fundação Sistêmica, o qual seria trabalhado por 20 famílias do assentamento. Tal incêndio reduziu o projeto apícola pela metade e destruiu parte da cobertura do terraço da casa-sede, que veio abaixo **(APÊNDICE 5)**.

Esses dois episódios acirraram ainda mais os conflitos entre os dois grupos, marcando a necessidade urgente de se estabelecer uma mediação, a qual foi iniciada pela Embrapa Algodão e a Fundação Sistêmica por meio de reuniões de aproximação com os dois grupos, para definir uma forma de resolver a situação. Nas reuniões de negociação com as lideranças da associação e da cooperativa, foi ventilada a alternativa de dividir o assentamento em dois, a qual foi aceita como uma solução possível de ser aplicada.

---

<sup>2</sup> Fundação Sistêmica: Organização Não Governamental que busca contribuir com o desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais, a partir da formação de redes sociais e organizacionais, favorecendo o cumprimento da responsabilidade social numa perspectiva de desenvolvimento humano e fortalecimento da cidadania. CNPJ 04.055.928/0001-24 – Fundação 1981. Endereço: Rua João Pequeno, 181 – Catolé. Campina Grande/PB, CEP 58410-150.

Com o objetivo de oficializar a pretensão dos assentados, foi agendada e realizada uma reunião com o superintendente do Incra entre 2006 e 2010 - Frei Anastácio Ribeiro<sup>3</sup> - e advogados da Instituição, ficando definido que a divisão do assentamento era legal e possível, como forma de por fim ao longo período de desentendimentos.

A intermediação da Embrapa e da Fundação Sistêmica junto às duas organizações formais existentes no PAVTA - a CRAVTA e a AMAVTA (Associação dos Moradores do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo) - foi facilitada pela relação de confiança existente entre os agentes da intermediação e os assentados dos dois grupos, o que foi muito importante para viabilizar a reunião com a superintendência do Incra e, por extensão, a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária.

A partir desses entendimentos com o Incra, foi marcada e realizada a Assembleia Geral Extraordinária, que ocorreu no dia 14 de agosto de 2009, na qual foram consolidados os entendimentos entre os grupos, para dividir o assentamento em dois, como estratégia para superação definitiva dos conflitos. Nessa Assembleia Geral Extraordinária, após acalorados debates, os agricultores residentes definiram e aprovaram a divisão do assentamento, ficando um grupo com 43 famílias sob a gestão da CRAVTA, e o outro grupo com 41 famílias, sob gestão AMAVTA, que hoje, respectivamente, são 42 e 40 famílias.

Ainda nessa Assembleia, o Incra se comprometeu com as duas partes e os intermediadores da solução negociada, para que tudo fosse regularizado mediante a divisão do assentamento em dois, com o compromisso de emitir a Relação de Beneficiários (RB) definitiva e a demarcação dos lotes em, no máximo, 60 dias, conforme alguns trechos da Ata da Assembleia Extraordinária dos moradores do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo, instituições e lideranças locais, apresentados abaixo:

---

<sup>3</sup> Frei Anastácio é um frade franciscano, natural de Esperança, interior da Paraíba. Ajudou a fundar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da qual foi coordenador. Em 1998, Frei Anastácio foi eleito deputado estadual pelo PT, cumprindo dois mandatos, e retornou na eleição de 2010 à Assembleia Legislativa da Paraíba.

Ambos (Sr. Geneton, pela CRAVTA e o Sr. Francisco, pela AMAVTA) falaram das promessas feitas e não cumpridas aos agricultores, quando da emissão de posse e que já se passaram quase dez anos sem uma solução definitiva, e que os dois grupos desejam ter uma solução pacífica e negociada, chegando a propor passar uma borracha no passado e que referendavam como verdadeiras as colocações do representante da Embrapa Algodão [...].

[...] A representante do STR, Sra. Francisca, utilizou a palavra afirmando da grande alegria dela e do sindicato em estar próximo a resolver uma situação que vem se arrastando há muito tempo [...].”

“[...] Em seguida, o Sr. Abdon Bandeira disse que a divisão ou desmembramento era possível, embora com novas implicações técnicas importantes, que iriam requerer novos estudos do INCRA, e esta era uma condição indispensável para que os procedimentos requeridos pelas partes fossem atendidos. Disse, ainda, que o INCRA está respondendo na justiça, junto ao Ministério Público, às ações interpostas por uma das partes, e que a continuidade do processo, nos termos requeridos pelos interessados diretos, requer uma retirada dos processos da justiça [...].”

“[...] Ainda indagaram (os representantes da Embrapa Algodão e da Fundação Sistêmica) sobre o tempo mínimo que levaria para uma solução final, para emissão da RB, desmembramento e parcelamento das áreas, ficando convencionado que tudo seria feito para uma solução em sessenta dias a contar da data de hoje, desde que tudo ocorra sem nenhum impedimento de ambas as partes [...].”

[...] Finalizando, o Sr. Abdon Bandeira assumiu um compromisso de enviar ao Sr. Paulo Sérgio, representante do MST, até o dia 21/09/2009, uma planta cartográfica do PAVTA e a relação dos beneficiários referendada pelo INCRA, para compor os nomes dos beneficiários da RB definitiva, após avaliação criteriosa dos dados cadastrais de posse do INCRA. Em seguida, o Sr. Paulo Sérgio, combinou com os Srs. Geneton e Francisco a realização de uma reunião, a ocorrer na noite do dia 21/08/2009, na sede da AMAVTA, para dar provimento e fechamento da RB definitiva, análise da planta cartográfica e a outras medidas pertinentes, à continuação do processo rumo ao parcelamento e desmembramento da área, construindo uma proposta conjunta para apresentar ao setor de Cartografia do INCRA e, a partir deste entendimento, o INCRA disponibilizaria os meios técnicos para solucioná-los [...].

[...] Em seguida, falou o Sr. Abdon Bandeira, que fez um breve relato sobre os constantes travamentos jurídicos, impostos à vontade do INCRA, que em função da demanda gigantesca existente, nos mais de duzentos e setenta assentamentos e mais de quinze mil assentados, e que a ação normal é priorizar os PAs onde não há impedimentos de ordem legal ou judicial, espera contribuir para resolver o problema do PAVTA, conforme tem sido o desejo do superintendente Frei Anastácio, agradeceu ao empenho da Embrapa Algodão e da Fundação Sistêmica para restabelecer o diálogo entre os dois grupos locais, e que, em breve, espera ter uma solução definitiva e satisfatória para todos. Concluída esta etapa, o representante da Embrapa Algodão, Sr. Waltemilton Cartaxo, retomou a fala, externando a sua vontade e desejo pessoal, para que em breve, junto com agricultores residentes e as instituições partícipes possam realizar a festa da entrega dos títulos da terra [...]. (Ata da Assembleia Extraordinária dos Moradores do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo, Instituições e Lideranças Locais – 2009, p. 2).

A divisão em dois assentamentos foi concretizada, apenas, em 2011, com a criação do PA Vitória, que ficou vinculado ao AMAVTA que atua com apoio e sob a influência do MST e a permanência do PAVTA, sob gestão da CRAVTA. A emissão da RB definitiva dos beneficiários do PAVTA só ficou pronta em 2012 e ainda está carente de uma validação final, pois falta a demarcação dos lotes, que, até a presente data, não ocorreu.

Essa postura de pouco caso com a situação das famílias, mais uma vez, evidencia a falta de comprometimento do Incra com o cronograma, que, embora definido e pactuado, tem sido retardado pela estrutura burocrática e falta de vontade institucional claramente observada nos diversos departamentos do Incra; pois, durante a gestão de Lenildo Dias de Moraes, foram realizadas três reuniões administrativas com a diretoria da CRAVTA e quase nada foi resolvido.

E para uma nova tentativa à intermediação da Embrapa, após vários adiamentos, já na gestão atual do Sr. Cleofas Ferreira Caju, foi realizada uma reunião conforme alguns trechos abaixo da Ata de Reunião da CRAVTA e Incra no PAVTA, realizada em 14 de junho de 2012:

[...] Face a este quadro de seca, a reunião foi convocada para reunir e colher da CRAVTA informações sobre as ações de infraestrutura e outras necessárias ao progresso do PAVTA, e que os presentes poderiam relatar que ações poderiam ser pleiteadas para providências pelo INCRA [...]

[...] foram feitas gestões pela diretoria da CRAVTA, dentre elas: [...] Recuperação de 03 pequenos açudes/barreiros com desobstrução e implantação de cerca para isolar esses mananciais para estabelecer controle sobre a retirada da água e uso por animais e pessoas; [...] Recuperação do dessalinizador e poço artesiano para viabilizar água potável para os residentes; [...] Abertura de estradas para viabilizar o acesso aos lotes; [...] Viabilizar que a equipe da EMATER de Campina Grande faça os projetos do crédito mulher, já disponibilizado e não acessado pelas mulheres do PAVTA; Concluir o parcelamento/demarcação dos 42 lotes em nome dos seus beneficiários efetivos, pois é necessária a regularização dos lotes, para implantação do sisal e ampliação da apicultura, ora em implantação com apoio da Embrapa Algodão; [...] Coibir e determinar a imediata expulsão dos invasores das casas, que já chegam a 08, ocupadas por pessoas estranhas ao PAVTA; [...] Criar o PDA do assentamento com a participação dos 42 assentados, para definir e priorizar as ações produtivas, viabilizar o acesso aos créditos regulares do PNRA, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), crédito para reforma/adequação das casa e outros; [...].

[...] Feitas as propostas de ação no PAVTA, o diretor da CRAVTA, José Carlos, solicitou agilidade do INCRA para realizar estas ações com urgência, pois a situação é muito preocupante.

Ao que pode ser constatado dos pedidos relatados, nada foi atendido, havendo de concreto, somente, a distribuição de um cesta básica, que chegou ao assentamento via associação do Assentamento Antonio Eufrosino e da nova associação do PAVTA, criada pela Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (COONAP), a qual foi criada sob a orientação do Incra, sendo que a nova associação já está em litígio com a CRAVTA, provocando mais uma vez desentendimentos, pois parte dessas feiras não foi entregue a algumas famílias beneficiárias de direito.

Em 15 de outubro de 2012, a Embrapa intermediou e agendou uma nova reunião na sede do Incra em João Pessoa, com a participação do atual superintendente do Incra, Sr. Cleofas Ferreira Caju, e a diretoria da CRAVTA, representada por Geneton de Luna, José Carlos e a Embrapa, representada por Waltemilton Cartaxo.

A reunião foi adiada por meio de comunicado telefônico da superintendência, sob a alegação de que a equipe teve que se deslocar para o Sertão de forma emergencial. A reunião foi agendada para cobrar as ações pactuadas entre o Incra, a CRAVTA e a Embrapa na reunião realizada em 14/6/2012 e dar outras providências, face à situação da seca ora em curso; ocorre que, até 31 de dezembro de 2012, a reunião ainda não foi realizada e não tem data definida para ocorrer.

Conforme relatos dos assentados, alguns projetos de apoio produtivo já foram realizados no PAVTA, sem, no entanto, se consolidar como atividade permanente, como foi o caso do projeto pioneiro de criação coletiva de caprinos; financiado com recursos ordinários do fomento, contemplando um plantel inicial de 300 matrizes de caprinos e 10 reprodutores; 10 vacas e um reprodutor.

Esse projeto pioneiro aconteceu sob a forma de gestão produtiva coletiva e extensiva, que mesmo com dificuldades no modelo improvisado da gestão, chegou a contar em dado momento com mais de 700 animais, venda de leite e queijo de cabra. Mas, por uma série de fatores, dentre eles: a deficiência de gestão e controle, a falta de consciência coletiva dos beneficiários, infraestrutura de suporte alimentar, falta de conhecimento sobre a lógica operacional do modelo de produção coletiva, deficiência do manejo produtivo, falhas no suprimento da dieta alimentar e no manejo fitossanitário do rebanho provocaram a mortandade dos animais.

Outro ponto identificado foi a existência de constantes roubos de animais, por pessoas externas e internas ao próprio assentamento. Este conjunto de fatores foi determinante para a desativação prematura do projeto, provocando grandes prejuízos e a frustração dos beneficiários, que imaginavam ter nessa atividade uma oportunidade segura de auferir renda no assentamento.

Outro projeto executado foi a produção do algodão colorido, realizado com incentivo e apoio da Prefeitura Municipal de Campina Grande, para suprir a demanda de matéria-prima do polo produtivo de confecções do algodão colorido, que estava em organização no município, o qual também não teve continuidade, pois ocorreu frustração de safra provocada pela seca que assolou o assentamento, desmotivando mais essa iniciativa.

As mais recentes experiências produtivas foram efetuadas pela ONG Fundação Sistêmica e pela Embrapa. A Fundação Sistêmica executou um projeto de reflorestamento e de apicultura, sendo que as atividades de reflorestamento, embora de grande importância para reverter o passivo ambiental existente em toda a área do assentamento, não prosperou, pois não houve apropriação e adoção das famílias que na tiveram disposição e interesse em executar as ações pactuadas no projeto.

Já a apicultura vem sendo conduzida por quatro assentados, que trabalham com 20 colmeias, uma vez que um incêndio criminoso destruiu mais de 30 caixas que estavam na casa-sede preparadas para a captura de enxames. Este episódio reduziu pela metade o projeto inicial que beneficiaria 20 famílias, sendo considerado um projeto que permanece ativo com amplas possibilidades de ser ampliado para 100 colmeias e beneficiar, pelo menos, 10 famílias.

O projeto Sisal, conduzido pela Embrapa, realizou várias capacitações para a produção do artesanato com a fibra e o pendão do sisal, mas houve baixa apropriação e adoção, e as atividades foram suspensas principalmente pela falta de interesse dos beneficiários. Já na reintrodução do cultivo do sisal, foram implantados 2 ha, e faltam mais 18 ha, que só serão plantados após a concessão definitiva dos lotes aos assentados. Esta atividade produtiva reúne um grande potencial para o cultivo de 100 ha, beneficiando pelo menos 25 famílias.

Essas tentativas institucionais pretendiam estabelecer um processo de organização e crescimento produtivo e sustentável do lugar. No entanto, observa-se que a maioria delas não prosperou, pois ensejavam uma abordagem superficial

baseada no paradigma clássico desenvolvimentista, que tem como premissa que o receptor, sujeito passivo da ação, já possui conhecimento pleno do que será feito, sem uma devida mobilização e sensibilização dos futuros beneficiários, caracterizando-as como abordagens linear, unilateral e fechada, onde o sujeito receptor foi colocado à parte da fase de planejamento da ação pretendida.

Essa condição pode ser responsável pela falta de interesse dos assentados em participarem de forma mais efetiva dos projetos disponibilizados, percebendo-se que esta não seria a forma adequada, pois não foi uma demanda nascida de forma exclusiva dos assentados, e sim uma oferta externa, notada desde a constituição do assentamento, quando, sob pretexto de reduzir custos, foi adotado o modelo de agrovilas e da produção coletivas, sem a participação efetiva dos agricultores residentes, sem considerar as habilidades, crenças e práticas cotidianas; enfim, sem conhecer ou considerar de fato a história e o perfil dos receptores da ação, pois, ao que é percebido na fala dos assentados, as ações ocorreram de cima para baixo.

O projeto “Formação de Núcleos de Produção Artesanal do Sisal na Agricultura Familiar”, executado pela Embrapa Algodão, com apoio financeiro do Banco do Nordeste, foi, e continua sendo, uma ação de inovação para o desenvolvimento local, que foca a retomada do cultivo do sisal em novas bases tecnológicas como alternativa de renda para as famílias residentes. Desta feita, foi contextualizada a realidade local dos produtores e das condições edafoclimáticas dominantes, que são apropriadas ao cultivo dessa lavoura, outrora cultivada na propriedade, e restritivas à exploração econômica de culturas tradicionais e de consumo como o milho e o feijão, fato comum na maioria dos anos. A conclusão e posterior ampliação desse projeto carecem da demarcação dos lotes individuais, que ainda não foi concretizada.

Durante a execução desse projeto, identificou-se uma série de impedimentos legais em decorrência do descumprimento das etapas de rotina, que repercutem diretamente no baixo nível de desenvolvimento global do assentamento; principalmente, pelo não cumprimento do cronograma das fases regimentais para implantação previstas no II PNRA, que deveriam ocorrer por meio da gestão do assentamento, que é de responsabilidade direta Incra, destacando-se o retardamento do parcelamento dos lotes, evasão de pessoas gerando constantes mudanças na relação de beneficiários, retardamento na emissão do título de posse e

não liberação dos recursos de fomento.

Esses aspectos limitaram ou impediram de forma direta a apropriação e a adoção de um modelo de desenvolvimento contextual, interativo e ético pelos assentados, o qual tem como premissa básica as relações entre indivíduos e segmentos. Essas relações, por sua vez, devem ser conhecidas e partilhadas previamente, para que se estabeleça um diálogo entre as partes, formando e construindo uma relação de confiança, capaz de tornar visível e durável a realidade dos agentes receptores e emissores nas suas limitações e potencialidades, e, a partir daí, promover o alinhamento geral das ações conjuntas que se pretende executar.

Outra tentativa de interagir positivamente no assentamento começou a ser implementada pela Embrapa na safra 2012, por meio da execução de ações diretas do projeto de manejo e conservação de solo e água executado em parceria com a Embrapa Algodão, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a CRAVTA, a qual tem como objetivo capacitar os assentados na execução de práticas sustentáveis de uso do solo e água. Estas ações já foram iniciadas na safra 2012 e serão continuadas na safra 2013.

Nota-se que até então, decorridos mais de uma década de sua criação do PVTA, ainda não recebeu uma atenção adequada para viabilizar um nível de desenvolvimento e crescimento sustentável, pois, como identificado na pesquisa de campo, pouco ou quase nada foi feito pelas famílias assentadas, em razão de uma gestão pouco ativa do gestor do assentamento, no caso o Incra, para contribuir para mudar o estado de abandono em que vivem as famílias assentadas, e por conseguinte a imagem de favela rural, que infelizmente existe no assentamento.

## **CAPÍTULO 3. ASPECTOS GERAIS E CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NO ASSENTAMENTO VENÂNCIO TOMÉ DE ARAÚJO**

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, revelando a realidade atual das famílias residentes no PAVTA, que, para melhor compreensão, foram divididos em duas etapas: Etapa quantitativa e Etapa qualitativa. A primeira compreendeu a caracterização demográfica e socioeconômica dos assentados; a segunda etapa – qualitativa – analisou os discursos dos atores sociais.

### **3.1 Etapa quantitativa**

Ao considerar que cada sujeito possui condições sociodemográficas distintas, os sujeitos do presente estudo foram caracterizados, inicialmente, sob os aspectos demográficos e socioeconômicos, os quais foram apresentados na Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1.** Caracterização sociodemográfica dos assentados do PAVTA. Campina Grande, PB, 2012.

<b>VARIÁVEL</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	17	54,8
	Feminino	14	45,2
<b>Faixa etária</b>	18 – 30 anos	6	19,3
	31 – 45 anos	11	35,5
	46 – 59 anos	10	32,2
	60 – 70 anos	2	6,5
	71 – 80 anos	2	6,5
<b>Situação conjugal</b>	Com companheiro(a)	12	38,7
	Casado	9	29,1
	Divorciado	5	16,1
	Viúvo(a)	4	12,9
	Solteiro(a)	1	3,2
<b>Grau de instrução escolar</b>	Não alfabetizada	13	41,9
	Primário incompleto	13	41,9
	Primeiro grau incompleto	5	16,2
<b>Crença religiosa</b>	Católica	27	87,1
	Evangélica	3	9,7
	Espírita	1	3,2
<b>Arranjo do Grupo familiar</b>	Mora só	4	12,9
	Com 1 pessoa	4	12,9
	Com 2 pessoas	5	16,1
	Com 3 pessoas	9	29,1
	Com 4 pessoas	4	12,9
	Com 5 pessoas	2	6,5
	Com 6 pessoas	1	3,2
	Com 7 pessoa	1	3,2
	Com 8 pessoas	1	3,2
<b>Diversão da família</b>	Assistir TV	31	100
<b>Participa de movimentos sociais</b>	Cooperativa	25	80,6
	Associação	6	19,4
<b>Total</b>		<b>31</b>	<b>100</b>

Ao analisar a Tabela 1, observa-se que a condição de responsável pelo grupo é assumida por 54,8% (17) de homens e 45,2% (14) por mulheres. Difere, portanto, do resultado do estudo de Lima (2010), onde, somente, 11,7% dos assentados que respondiam pelo lote eram do sexo feminino, nos projetos de Assentamento de Timbó e de Mata Verde.

Assim, a realidade do presente estudo sinaliza uma evidente ascensão das mulheres, via repercussão das medidas de valorização da titularidade da terra pelas mulheres beneficiárias da reforma agrária brasileira, por meio da aplicação da Portaria do Incra nº 979, de 30 de setembro de 2003, que tornou obrigatória a titulação conjunta de homens e mulheres, independente da condição civil, em qualquer das fases, desde o cadastramento, contratos e titulações definitivas ou de concessão de uso.

Com relação à faixa etária dos responsáveis pelos grupos familiares, destaca-se que 19,3% (6) estão entre 18 e 30 anos; 35,5% (11), entre 31 e 45 anos e 32,2% (10), entre 46 e 59 anos. Somados, estes segmentos representam 87% (27), cujos membros reúnem amplas condições físicas para estabelecer e consolidar a lógica produtiva nos seus lotes e, por conseguinte, do assentamento. Os 13% (4) restantes estão entre 60 e 80 anos de idade e, apesar de estarem numa faixa etária limitante para exercerem atividades plenas no trabalho do campo, são de grande importância pela experiência na vida rural acumulada e por serem detentores de renda permanente proveniente de aposentadorias e pensões, lhes assegurando o sustento do seu grupo familiar. Observa-se, ainda, que a idade mínima é de 23 e a máxima é de 79 anos.

No que se refere à situação conjugal, 38,7% (12) afirmaram viver com o(a) companheiro(a), não se declarando casados(as); 29,1% (9) são casados; 16,9% (5) são divorciados; 12,9% (4) são viúvos e 3,2% (1) solteiros. Observa-se que a soma dos casados e que moram com companheiros é de 67,8% (21), dado que poderia levar à dedução de que estas famílias teriam maior probabilidade de desenvolverem suas atividades, uma vez que estariam mais organizadas na divisão das tarefas produtivas da terra e domésticas.

No entanto, de forma geral, não se nota diferença significativa entre as condições de vida das famílias desse grupo e das famílias cujos chefes se declararam divorciados, viúvos ou solteiros, principalmente no aspecto de renda, que pode ser menor ou maior, independentemente dessa condição. Isso sugere que a probabilidade mencionada anteriormente de melhor divisão de tarefas entre indivíduos casados e/ou com companheiros não existe.

Observou-se que nas famílias formadas com a presença do casal a vida diária, embora difícil pela pouca renda, torna-se menos sacrificante, pois percebe-se

que o fato de possuir um companheiro(a) seja positivo, uma vez que juntos na condução do grupo familiar podem produzir as soluções existenciais, ocorrendo uma divisão natural das atividades e responsabilidades.

Com referência ao nível de escolaridade, observou-se que 41,9% (13) se declararam não alfabetizados, sendo este resultado considerado muito pior em comparação ao estudo de Lima (2010), realizado com assentados de Tocantins em que os “não alfabetizados” somam 25%. Na mesma proporção, 41,9% (13) dos entrevistados do presente estudo afirmaram não ter completado o primário, e ainda 16,2% (05) afirmam ter o primeiro grau incompleto.

Esse quadro repercute uma baixa escolaridade dos responsáveis pelos grupos familiares, que, de certa forma, pode repercutir no baixo nível de desenvolvimento da família e, por conseguinte, do assentamento. Este aspecto contextual do cenário identificado de baixa escolaridade pode ter impactado na não apropriação e adoção das alternativas de desenvolvimento ofertadas nos diferentes projetos executados, que pouco contribuíram com a criação de alternativas de renda.

Outro ponto que pode ter tido origem nessa baixa escolaridade é a falta de um diálogo mais profícuo na intermediação dos assentados com o Incra, ou mesmo com a sociedade e instituições em geral e afins, que poderiam contribuir para identificar e introduzir meios e oportunidades de inserção produtiva dos assentados, que, por certo, não existindo, ou pouco existindo, sustentam a quase total apatia nos níveis de desenvolvimento e crescimento no assentamento, repercutindo diretamente para o quadro de pobreza ora observado.

Nesse contexto, acredita-se que os dados relacionados à escolaridade dos assentados indicam a necessidade da intervenção dos gestores públicos no sentido de oferecer serviços educativos para estes indivíduos, com o intuito de oferecer a eles informações relevantes, com as quais possam lutar com maior propriedade para obtenção de seus direitos e também para uma maior consciência das suas responsabilidades decorrentes da nova condição de vida.

No plano religioso, 87,1% (27) dos assentados afirmaram professar a religião católica, embora as missas ocorram apenas uma vez a cada mês; os evangélicos são 9,7% (3); e 3,2% (1) se diz espírita. A pouca presença da igreja católica na comunidade constitui-se em uma lacuna importante, em especial pela ausência de

intermediação de um diálogo dos assentados com a sociedade e instituições públicas e privadas.

O relacionamento rotineiro da comunidade com os serviços adicionais de apoio comunitário das diversas pastorais da igreja poderia identificar projetos e parcerias para atender às demandas reais da comunidade e implementá-las, interagindo com os assentados e instituições para viabilizar parcerias potenciais que auxiliem no desenvolvimento e crescimento econômico, social e ambiental do assentamento.

No aspecto relacionado ao arranjo do grupo familiar, 87,1% (27) afirmaram residir com alguém e 12,9% (4) afirmaram morar sozinhos; identificou-se, ainda, que as famílias possuem de um a oito membros, com 3,6 pessoas/família. Considerando que a renda média mensal das famílias é de R\$ 427,41, sendo R\$ 146,50 per capita, o que resulta em uma renda diária per capita de apenas R\$ 4,88, consolidada, assim, um quadro preocupante, uma vez que se trata de uma renda mínima e inexpressiva, para sustentar e manter um indivíduo.

A situação torna-se ainda mais crítica, pois não existem alternativas de produção apropriadas e adotadas pela maioria dos assentados, que lhes proporcionem consolidar renda e excedentes capazes de reverter o atual quadro de pobreza extrema. Aponta-se, com este quadro, que a maioria dos residentes está submetida a uma condição de ociosidade, com a pouca ou quase ausência de atividades produtivas, que possam ser exercidas como fonte geradora de ocupação e renda, tornando-os órfãos diretos da falta de efetividade produtiva do PAVTA.

A atividade agrícola desenvolvida na agricultura familiar passa, efetivamente, pela maximização e otimização da mão de obra disponível no grupo familiar como meio mais efetivo de superação das dificuldades inerentes à condição de assentado; tornando-a instrumento capaz de proporcionar uma boa qualidade de vida para as famílias, por meio da sua ampla relevância social, pois representa a importância dela na agricultura familiar como geradora de autonomia alimentar e na geração de renda, quando aplicada no seu próprio negócio.

Por sua vez, essa condição pode ser uma oportunidade, desde que sejam identificadas, apropriadas e adotadas novas atividades produtivas adequadas ao ambiente e ao perfil dos residentes, que deverão ser discutidas e partilhadas com o grupo, para torná-las mais factíveis.

No aspecto relacionado à diversão, 100% dos entrevistados afirmaram utilizar apenas a televisão como principal meio para se divertir e se informar, refletindo que a população estudada é desprovida de outras opções recreativas e que, dependendo do nível de dedicação à televisão, podem se tornar sedentárias e alheias à realidade local, comprometendo o nível de relacionamento da comunidade e em comunidade; e, principalmente, no aspecto da saúde, o que pode proporcionar uma qualidade de vida menos favorável, quando comparada a pessoas que possuem várias atividades de lazer e de relacionamento comunitário.

Sobre isso, Tavares et al (2011) apontam que, no meio rural, geralmente as propriedades são distantes, o que pode dificultar o encontro social – restringindo, portanto, à forma de entretenimento virtual por meio dos programas de TV. Isso justifica a possível escassez de oportunidades em participar de atividades comunitárias, deduzindo-se que a falta de infraestrutura e serviços no meio rural contribuem para essa dispersão e isolamento das famílias. Assim, sendo o ser humano essencialmente sociável, o fato de se tornar isolado pode carrear a instalação de doenças, como a depressão, interferindo na qualidade de vida da população. Dessa forma, para Carvalho et al. (2004), a redução do isolamento e o aumento da satisfação com a vida das pessoas têm profunda relação com o suporte social oferecido pela vida em sociedade.

Após investigação dos aspectos sociodemográficos da população, foram investigados os quesitos econômicos, os quais são apresentados a seguir, iniciando por uma retrospectiva quanto à profissão/ocupação dos assentados, antes de se inserirem em tal situação.

**Tabela 2.** Profissão/ocupação antes de se tornarem assentados. Campina Grande, PB, 2012.

<b>CATEGORIA DO TRABALHO</b>	<b>PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
<b>Agricultura</b>	Agricultor (a)	24	77,4
<b>Construção Civil</b>	Pintor, Pedreiro, Marceneiro, Carpinteiro	5	16,1
<b>Comércio</b>	Vendedor, Marchante	2	6,5
<b>Total</b>	-	<b>31</b>	<b>100</b>

Em relação à ocupação ou profissão anterior à condição de assentado, os dados do presente estudo diferem dos encontrados no estudo de Lima (2010), em que 57% dos entrevistados eram arrendatários. No presente estudo, 77,4% (24) dos respondentes afirmaram serem agricultores; 16,1% (5) responderam serem habilitados em profissões ligadas à construção civil; e 6,5% (2) exerciam profissões vinculadas ao comércio. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2001), o Nordeste é a região do País onde há a maior concentração de pessoas nas áreas rurais (36,4%), possuindo, em consequência disso, a mais elevada proporção de ocupados na agricultura (40,7%), em comparação às demais atividades.

Assim, considerando que a maioria dos entrevistados do presente estudo declarou ser agricultor por profissão antes de se tornar assentado, poderia ser deduzido naturalmente que o estabelecimento da produção agrícola no assentamento seria a atividade principal para a geração de renda, até mesmo em curto prazo.

Essa dedução e tendência naturais não prosperaram, suscitando uma série de questionamentos que poderiam justificar o quadro de estagnação ora observado no assentamento, onde, contrariando uma lógica contextual, a produção agrícola representa minimamente a renda das famílias assentadas, as quais estão identificadas na pesquisa efetivada junto aos respondentes.

**Tabela 3.** Fonte de renda dos grupos familiares. Campina Grande, PB, 2012.

VARIÁVEL	OCUPAÇÃO	N	(%)
<b>Principal fonte de rendimentos</b>	Trabalha na terra	11	35,5
	Aposentadoria e/ou pensão	11	35,5
	Trabalho remunerado	8	25,8
	Não trabalha	1	3,2
<b>Programas sociais do governo/família</b>	Seguro safra	25	54,4
	Bolsa família	21	45,6
<b>Renda familiar mensal</b>	Não tem renda	1	3,2
	Até R\$ 250,00	7	22,6
	Até R\$ 400,00	13	42,0
	Até R\$ 700,00	4	12,9
	Até R\$ 825,00	4	12,9
	Até R\$ 1.300,00	1	3,2
	Até R\$ 2.000,00	1	3,2

Em sequência ao levantamento do perfil da população estudada, buscou-se adentrar nos aspectos econômicos, colhendo-se informações sobre as fontes de rendimentos na agricultura e nos programas sociais de governo que participam da composição da renda familiar mensal.

Sabe-se que o componente de renda das famílias, com origem na exploração da terra, é um dos fatores mensuráveis para a percepção dos níveis de desenvolvimento e crescimento de um assentamento, pois, quando a renda auferida é satisfatória, pode-se inferir o lado positivo da reforma agrária, que reflete de forma direta no fortalecimento e crescimento do assentamento, que impactam assegurando a permanência da maioria das famílias na condição de assentado e do potencial produtor que tira da terra o sustento, cumprindo de fato as premissas reformistas.

No entanto, no caso em estudo, a renda dos responsáveis pelo grupo familiar é insignificante, pois entre os entrevistados apenas, 35,5% (11) afirmaram obter alguma renda da terra; 25,8% (8) auferem renda com venda da força do trabalho, nos dois casos de forma sazonal; 3,2 (01) afirmou que não trabalha; e 35,5% (11) afirmaram ser aposentados rurais.

No geral, identificou-se que a matriz da renda das famílias tem base externa proveniente de recebimentos acumulativos de programas do governo, onde 45,6% (21) recebem bolsa família; 54,4% (25) têm seguro safra; 32,3% (11) são aposentados rurais e pensionistas; 35,5% (11) conseguem alguma renda com a produção da terra; e 25,8% (8) prestam trabalho remunerado esporádico fora do assentamento.

Ademais, a pouca renda da terra, geralmente, provém da venda da exploração extrativista de lenha e carvão, produção de mel e venda de pequenos animais. Mesmo sendo de baixa monta, quando se apura a renda per capita/dia (R\$ 4,88), esses auxílios são importantes e decisivos, pois, na prática, asseguram e viabilizam a manutenção e a permanência das famílias no assentamento, embora em precárias condições.

Quadro semelhante se encontra na pesquisa de Lima (2010), em que a renda das famílias assentadas provém do trabalho agrícola dentro e fora do PA e das transferências governamentais, além do trabalho artesanal feito por algumas mulheres do assentamento. Quanto aos benefícios do governo, provém do programa bolsa família do governo federal e de aposentadorias.

Observa-se que a situação reflete um quadro preocupante de dependência extrema de renda não agrícola das famílias, o que, de certa forma, contraria a proposta de reforma agrária, que tem como premissa transformar a vida das famílias por meio da produção agrícola e pecuária.

Faz-se urgente e necessário, portanto, criar uma lógica produtiva para superar essa condição de miséria planejada por meio da introdução de atividades compatíveis que gerem renda no campo, sem que o assentado, para fugir do aluguel e da violência da cidade, transforme o assentamento em apenas um simples lugar de moradia, e que este espaço, pela falta de opções de renda digna, se transforme em uma “favela rural”, condição assemelhada ao que acontece atualmente no assentamento.

Outro ponto observado na Tabela 3 é que a renda mensal das famílias no PAVTA é heterogênea: 3,2% (1) não possuem qualquer renda; 22,6% (7) ganham até R\$ 250,00; 42,% (13) ganham até R\$ 400,00; 12,9% (4) ganham até R\$ 700,00; 12,9% (4) ganham até R\$ 825,00; 3,2% (1) ganha até R\$ 1.300,00; e 3,2% (1)

ganha até R\$ 2.000,00, sendo que as rendas maiores ocorrem pela acumulação de benefícios.

Ao considerar que as famílias possuem, em média, 3,6 membros, ao ser feita a divisão de renda com os membros do grupo familiar, verifica-se a existência de renda per capita/dia insignificante, variando de R\$ 2,31, para as que ganham até R\$ 250,00, até R\$ 18,51, para as que ganham até R\$ 2.000,00, sendo considerada alta quando se compara com a renda per capita/dia do grupo total, que é de apenas R\$ 4,88.

Nota-se, também, que a dependência quase total da renda externa das famílias é, de fato, uma situação preocupante, pois coloca em risco a proposta da reforma agrária, que tem como premissa distribuir a terra para assegurar ocupação e renda para as famílias beneficiadas. Isto, na prática, não está ocorrendo no PAVTA, que, apesar da sua criação há mais de 12 anos, ainda não possui uma lógica produtiva estabelecida, capaz de criar autonomia, deixando a maioria das famílias em extrema dependência das políticas sociais do governo, que se torna ainda mais crucial nos anos de seca.

Tal situação contraria o que preconiza o Artigo 16, do Estatuto da Terra (1964), o qual define que a Reforma Agrária deve incorporar uma lógica de relacionamento do homem com a terra, capaz de promover o bem-estar do trabalhador rural. No caso em estudo, cumpriu-se apenas a extinção do latifúndio, mas gerou um passivo social, encerrado em uma verdadeira “favela rural”, que ora está se consolidando pela falta de alternativas de progresso para as famílias.

Verifica-se, ainda, que a baixa ou quase nula renda agrícola das famílias residentes cria um quadro controverso em relação aos objetivos da reforma agrária, pois, via de regra, as pessoas são mobilizadas e convencidas para se tornarem assentadas e colocadas no campo sem, no entanto, lhes proporcionarem a atenção devida, que permita acesso aos meios mínimos para conseguir renda do trabalho na terra. Isto consolida, portanto, uma falta grave da reforma agrária brasileira, que vem se repetindo por todo o Brasil.

Assim, o cenário identificado corrobora com Silva (2009), que descreve:

A cada modelo de agricultura deve corresponder um paradigma que lhe é relevante. Nem sempre foi assim. A emergência da ciência moderna, a partir do século 16, institucionalizou uma visão mecânica

de mundo que homogeneizou a percepção da natureza e das atividades humanas, incluindo a agricultura e a própria prática científica. A partir da percepção científica do universo como uma engrenagem precisa, regular e previsível, a metáfora do mundo-máquina estabeleceu uma visão da agricultura como uma máquina de produzir alimentos e fibras, que também deve funcionar de forma precisa, regular e previsível (SILVA, 2009, p.329).

De fato, quando se fala em agricultura familiar, a agricultura como máquina de produzir alimento e fibra de forma previsível, com raríssimas exceções, esbarra-se nos aspectos da contextualização, tanto para o perfil tecnológico do produtor, associado a uma série de fatores de logística organizativa, infraestrutura de máquinas, acesso a crédito, mercado e à assistência técnica.

De forma mais aguda, se levam em conta as condições edafoclimáticas dominantes, as quais, no Semiárido, caracterizam-se pela pouca ou má distribuição das chuvas e solos degradados, que podem impactar interferindo no sucesso ou insucesso dos empreendimentos agrícolas familiares. Esta situação é verificada no PAVTA, observada na Tabela 3, que repercute uma situação insustentável da quase inexistência de renda resultante do trabalho na terra, levando as famílias à condição de extrema dependência da renda externa e a uma condição de pobreza consequente.

Há de se considerar, ainda, da tabela supracitada, que o somatório da renda auferida pelas 31 famílias é de R\$ 16.350,00, que gera uma renda média mensal/família de R\$ 527,41, e que, ao se dividir este valor com a média de componentes do grupo familiar de 3,6 pessoas, o valor mensal por membro do grupo familiar é igual a R\$ 146,50, que dividido por trinta dias resulta em uma renda per capita diária/membro da família de R\$ 4,88 para cumprir com as despesas pessoais básicas de alimentação, vestuário, higiene, lazer, educação, transporte e saúde.

Sobre esse quadro, Rocha (2005) aponta que o Brasil apresenta recursos disponíveis suficientes para garantir o mínimo essencial de renda per capita a todos os indivíduos. Entretanto, há um elevado grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos, provocando a incidência de pobreza absoluta no Brasil. Confirma-se, assim, que o quadro suscitado fere toda e qualquer premissa da reforma agrária brasileira, principalmente por se tratar de famílias que estão em um assentamento estabelecido há mais de uma década, sem ainda possuir uma lógica de produção estabelecida na sua rotina de ser uma família assentada da reforma agrária aplicada

pelo governo.

Sobre as políticas públicas destinadas aos indivíduos assentados, Maluf e Mattei (2011) apontam o seguinte:

Muitas políticas buscam compensar problemas causados sobre as camadas de excluídos pelas dinâmicas econômicas em geral, por exemplo, via transferência de renda, condicionada ou não. No entanto, as famílias não podem permanecer indefinidamente na dependência desse tipo de auxílio. Apenas políticas universais combinando diversos instrumentos possibilitam um efetivo enfrentamento da pobreza e, mesmo, a erradicação da extrema pobreza (MALUF; MATTEI, 2011, p. 22).

Dessa forma, continuando a investigar a realidade social vivenciada pela população em estudo, buscou-se fazer um levantamento sobre a infraestrutura de suas casas e sobre o acesso a bens de uso doméstico por eles, conforme é mostrado na Tabela 4.

**Tabela 4.** Infraestrutura das casas e acesso aos bens de uso doméstico pelos assentados. Campina Grande, PB, 2012.

<b>Infraestrutura da casa e acervo de bens ou serviços</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
Banheiro	31	12,5
Energia elétrica	31	12,5
Fogão à lenha	30	12,1
Televisão	29	11,7
Fossa séptica	26	10,5
Geladeira	23	9,3
Fogão a gás	21	8,5
Rádio	18	7,2
Liquidificador	17	6,9
Telefone celular	13	5,2
DVD	7	2,8
Lavadora de roupa	2	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>248</b>	<b>100</b>

No aspecto da habitação, observou-se que as 31 famílias residem em casas de alvenaria, com energia elétrica, banheiro e com acesso a alguns insumos modernos de consumo, tais como: televisão (93,5%), geladeira (74,1%), fogão a gás (67,7%) e telefone celular (41,9%).

Além desses itens, ainda foram identificados eletrodomésticos, como DVD

(22,5%) e lavadora de roupa (6,4%). No entanto, as residências apresentam precárias condições de moradia pela falta de manutenção, pois, dentre as 31 residências visitadas, verifica-se que apenas duas residências estavam bem conservadas, as casas dos respondentes (A12 e A24), com pintura das paredes, piso, telhado e banheiro em boas condições de manutenção.

**Tabela 5.** Meios de comunicação utilizados pelos assentados. Campina Grande, PB, 2012.

Meios de comunicação	N	(%)
Televisão	29	93,5
Rádio	18	58,0

Observa-se que, apesar de todo o quadro de dificuldade financeira e da estrutura produtiva, os entrevistados têm acesso aos meios de comunicação de massa, por meio dos quais se mantêm informados das notícias, como verificado na Tabela 5, onde nota-se o predomínio da televisão sobre o rádio, que, segundo os responsáveis pelas famílias, é o principal veículo de informação e de diversão para elas.

Ao finalizar a abordagem econômica, adentrou-se nos aspectos relacionados à saúde da família, onde o seguinte quadro foi apresentado:

**Tabela 6.** Dados de saúde da família. Campina Grande, PB, 2012.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	N	(%)
<b>Acesso a serviços de saúde pública</b>	SUS/Posto de saúde	31	100
<b>Membro da família portador de alguma doença que necessite de acompanhamento médico</b>	Não	24	77,4
	Sim	7	22,6
<b>Acesso a remédios</b>	Recursos próprios e programas do governo	31	100

As famílias acessam à saúde pública por meio dos serviços de um posto do sistema SUS, situado em uma comunidade vizinha distante três quilômetros do assentamento.

Em relação a pessoas com doenças crônicas, 22,6% (7) afirmam ter pessoas com doenças crônicas na família e que acessam aos remédios por meio de programas governamentais, e na ausência realizam a compra com recursos próprios; e alguns não fazem o tratamento necessário pela falta de acesso aos programas do governo e pela ausência de recursos próprios para aquisição.

Em seguida, partiu-se para a investigação do histórico dos grupos familiares do assentamento e dos dados da propriedade, a partir do qual foi possível construir as Tabelas 7 e 8.

**Tabela 7.** Histórico dos grupos familiares do assentamento. Campina Grande, PB, 2012.

<b>CATEGORIAS</b>	<b>SUBCATEGORIAS</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
<b>Tempo no assentamento</b>	Até 6 anos	5	16,1
	Até 8 anos	4	12,9
	Até 10 anos	7	22,6
	Até 12 anos	15	48,4
<b>Procedência</b>	Zona rural	18	58,1
	Zona urbana	13	41,9
<b>Quantos do grupo familiar trabalham na propriedade</b>	Nenhum	3	9,7
	1	10	32,3
	2	16	51,6
	4	1	3,2
	5	1	3,2
<b>Curso de capacitação em agricultura</b>	Sim	19	61,3
	Não	12	38,7
<b>Recursos para produzir na propriedade</b>	Próprios/Força da família	28	90,3
	Não cultiva a terra	3	9,7
<b>Assistência técnica</b>	Não	31	100

Na Tabela 7, evidencia-se o contexto da nova realidade dos assentados com a nova condição de vida, que se inicia a partir da sua chegada ao assentamento. No que diz respeito ao tempo de permanência das famílias no espaço do assentamento, há uma variação, onde 16,1% (5) vivem no lugar há até 6 anos; 12,9% (4) há até 8 anos; 22,6% (6) há até 10 anos e 48,4% (15) têm até 12 anos de vivência no assentamento, sendo que este grupo constitui a população pioneira que iniciou o processo de ocupação da área do assentamento.

Quanto à procedência das famílias, tem-se que a maioria, 58,1% (18), provém do meio rural e 41,9% (13) têm procedência e ocupação urbanas. Esta condição da maioria ter origem no espaço rural seria naturalmente determinante, pois confere uma maior possibilidade de produção na terra. No entanto, a quase inexistência de renda interna proveniente da exploração da terra no PAVTA motiva uma análise mais profunda sobre o que tem sido a causa dessa anomalia funcional do assentamento.

Acredita-se que o perfil heterogêneo das famílias selecionadas, somado ao não cumprimento ou retardamento do cronograma regular das etapas de constituição e estabelecimento do assentamento; ausência ou indefinição dos meios efetivos para produzir e gerar renda imediata na terra; ausência de assistência técnica e dos custeios de fomento; e demora na demarcação e posse definitiva dos lotes são itens que potencializaram a grande rotatividade das famílias.

Foi registrada situação pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SIPRA/INCRA), em maio de 2012, onde constava que 389 famílias já haviam passado pelo sistema como beneficiárias do PAVTA, sendo que a maioria delas desistiu de permanecer.

Essa situação contraria a proposta de Girardi e Fernandes (2008), os quais afirmam que, após a instalação em um assentamento, as famílias necessitam adquirir condições de vida e produzir na terra, ratificado também por Bergamasco e Norder (1996):

A conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.7).

Conforme já relatado, esta condição está amplamente identificada no seio do PAVTA, que, ao longo da sua história, tem contribuído para o baixo nível de desenvolvimento e de crescimento econômico das famílias assentadas.

Um ponto controverso detectado é o acesso à assistência técnica, pois 100% dos assentados reclamam da falta dela ou mesmo da ineficiência operacional, que repercute para o baixo nível da organização produtiva e, por conseguinte, no baixo nível de união do grupo, consolidando-a como um fator determinante para o baixo desenvolvimento econômico e social dos assentados.

Com referência à quantidade de membros da família que trabalham na terra, 9,7% (3) afirmaram que ninguém da família pratica esta atividade; 32,3% (10) afirmaram que, apenas, um membro realiza a tarefa; 51,6% (16) possuem dois membros que trabalham na terra; e 6,4% (2) afirmaram que, de quatro a cinco membros atuam na terra. No que diz respeito à participação de cursos de capacitação, 61,3% (19) dos entrevistados afirmaram ser contemplados.

Poucos conseguiram aplicar os conhecimentos para gerar renda na sua rotina diária. Acredita-se que a condição de ser efetivo da reforma agrária, ser capacitado e ter pessoas que trabalham na terra seriam os pré-requisitos mínimos para que produzissem com regular intensidade, no entanto, a produção não tem acontecido.

Referindo-se aos meios financeiros para custeio da produção, 90,3% (28) referiram utilizar a mão de obra e os recursos da própria família para produzir na terra, consolidando a ausência de créditos normativos do programa de reforma agrária para fomento à produção, que pode ser, em parte, justificado pela baixa eficiência da ATER e da ineficiência do próprio Incra no apoio aos assentados.

**Tabela 8.** Dados da propriedade e da criação animal. Campina Grande, PB, 2012.

<b>CATEGORIAS</b>	<b>SUBCATEGORIAS</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
<b>Tamanho da propriedade é suficiente?</b>	Sim	31	100
<b>Condição da terra</b>	Boa	28	90,3
	Fraca	03	9,7
<b>Produção primária</b>	Milho	28	27,4
	Feijão	28	27,4
	Jerimum	28	27,4
	Fava	15	14,7
	Não produz	3	3,1
<b>Área plantada anualmente</b>	Até 2,0 ha	28	90,3
	Não cultiva a terra	3	9,7
<b>Preparo da terra para plantio</b>	Combina trator e cultivador/tração animal e enxada	28	90,3
	Não cultiva a terra	3	9,7
<b>Sistema de cultivo</b>	Consortiado		
	Não cultiva a terra	28	90,3
		3	9,7
<b>Origem das sementes</b>	Reserva própria / compra na feira/ doação do governo	28	90,3
	Não cultiva a terra	3	9,7
<b>Controle de pragas</b>	Não controla	23	74,2
	Veneno químico	5	16,1
	Não cultiva a terra	3	9,7
<b>Faz rotação de cultura?</b>		23	74,2
	Não	5	16,1
	Sim	3	9,7
	Não cultiva a terra		
<b>Comercialização de produtos</b>		25	80,6
	Só dá para consumo próprio	3	9,7
	Armazém/feira	3	9,7
	Não cultiva a terra		
<b>Plantio das lavouras</b>		28	90,3
	Manual	3	9,7
	Não cultiva terra		
<b>Quantidade de água suficiente?</b>	Não	31	100
<b>Origem da água de consumo humano</b>	Cisterna/Carro-pipa	31	100
<b>Qualidade da água</b>			
	Doce	31	100
<b>Tem criação de animais?</b>			
	Sim	21	67,7
	Não	10	32,3
<b>Origem da água de consumo animal</b>			
	Barreiro/Açude	21	100
<b>Quantidade de água para consumo animal é suficiente?</b>	Sim	21	100

Percebe-se, pelos dados da Tabela 8 que a maioria dos assentados reconhece que a terra é boa, tem tamanho suficiente e dá para produzir bem nos anos de bom inverno, quando eles produzem em áreas de até 2 ha, com as culturas

de sobrevivência, tais como milho, feijão, jerimum, fava e alguns ainda criam pequenos animais.

As famílias que normalmente produzem na terra cultivam, em média, 2 ha por safra, 90,3% (28); fazem uso de um sistema de produção rústico, combinando o preparo da terra com trator, tração animal e enxada manual, utilizam plantio consorciado de várias culturas, e as sementes são oriundas de reservas próprias, doação do governo e compradas nas feiras livres; 74,2% (23) não fazem o controle de pragas na lavoura, 16,1%(5) usam veneno de forma esporádica e apenas 5 (16,1%) fazem rotação de culturas; sendo que a produção conseguida nos anos bons de inverno é para autoconsumo de 80,6% (25) dos entrevistados e, apenas, 9,7% (3) vendem o excedente.

Nota-se que o sistema de produção agrícola empregado é dependente da regularidade das chuvas e que o sistema utilizado é pouco mecanizado, baseando-se no uso intensivo da mão de obra das famílias residentes, perfil técnico que ressalta a importância da força de trabalho do grupo familiar como geradora do seu próprio sustento e da necessidade premente de uma ATER diferenciada.

De acordo com as respostas dos assentados, percebeu-se o descontentamento relacionado à quantidade da água para consumo humano, a qual é considerada escassa, principalmente no período de secas mais intensas, sendo utilizados carros-pipa para abastecer as 13 cisternas existentes, cuja água é utilizada de forma coletiva, dificultando a organização e o controle do consumo pelas famílias.

Na maioria das vezes, isso não é o bastante para atender a todos, pois as cisternas são insuficientes, sendo necessária a construção de 29 cisternas, para individualizar o armazenamento da água dos carros-pipa e das chuvas.

Apesar da água para consumo humano ter sido considerada insuficiente, a água para consumo animal foi considerada suficiente, visto que existem vários barreiros e, em último caso, a água da barragem grande, que mesmo sendo salobra (ao contrário da água para consumo humano, que é doce) pode suprir as necessidades dos animais.

**Tabela 9.** Avaliação sobre a realidade do assentamento. Campina Grande, PB, 2012.

<b>CATEGORIA</b>	<b>ITÉM</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
<b>Dificuldades para produzir no PAVTA</b>			
	Falta ATER	25	26,9
	Faltam alternativas de renda	25	26,9
	Falta água	25	26,9
	Falta união do grupo	18	19,3
<b>Maior dificuldade para habitar no PAVTA</b>			
	Falta Renda	31	27,7
	Falta União	31	27,7
	Falta Água	25	22,3
	Falta Transporte	25	22,3
<b>O que deve ser feito para melhorar?</b>			
	União do grupo	25	62,5
	Organizar a ATER	15	37,5
<b>Demora no recebimento do título de posse da terra deve-se à:</b>			
	Falta de vontade do INCRA	28	38,3
	Falta de ATER	20	27,4
	Conflitos internos	15	20,5
	Erros na formação do projeto	5	6,9
	Não sabe	5	6,9
<b>O que você pretende produzir na sua terra?</b>			
	Pecuária	25	29,4
	Agricultura	25	29,4
	Avicultura	25	29,4
	Apicultura	10	11,8

Na Tabela 9, apresenta-se a avaliação dos assentados sobre a realidade do assentamento. Arguidos sobre as dificuldades para produzir no assentamento, 26,9% dos entrevistados apontaram a falta de água, sendo a mesma porcentagem detectada com relação à falta de alternativas de renda e à falta de ATER; e 19,3% inferiram sobre a falta de união do grupo.

Em referência às dificuldades para habitar no assentamento, a falta de renda e de união foram citados por todos os assentados, sendo mencionada, também, a falta de água e de transporte.

Quando indagados sobre o que deveria ser feito para melhorar a situação, 62,5% responderam que a união do grupo tinha grande relevância, além da organização da ATER, defendida por 37,5% deles.

Perguntados sobre a demora em receber o título da terra, 38,3% atribuíram à falta de vontade política do Incra, somados a 27,4%, que citaram a falta de ATER, 20,5% que mencionaram a questão dos conflitos internos e 6,9%, que apontaram erros na formação do projeto. Quando questionados sobre a pretensão de produzir na terra, 88,2% afirmaram que iriam trabalhar com agricultura, pecuária, avicultura, e 11,8%, que pretendiam trabalhar com apicultura.

Em resumo observa-se na Tabela 9 que há, entre os entrevistados, o reconhecimento de parte dos fatores limitantes do desenvolvimento e o crescimento do assentamento, ao tempo que reconhecem a importância de reduzir fatores comportamentais dos conflitos e desunião do grupo, além da necessidade do apoio da ATER para superação dos hiatos existentes, que limitam a pretensão de produzir com a conquista dos meios necessários para superar as limitações de recursos naturais escassos, logística de transporte e, principalmente, junto ao Incra, viabilizar a emissão dos títulos de posse da terra.

### **3.2. Etapa qualitativa**

Nessa etapa, buscou-se conhecer a motivação e expectativas dos agricultores explícitas nos sonhos e planos de conquistas por meio da reforma agrária como uma alternativa para mudar as suas vidas; conhecer a situação e avaliação das famílias para a sua condição de assentado; avaliação da gestão do Incra no assentamento e a posição dos responsáveis pelas famílias na indicação de pessoas para serem futuros assentados da reforma agrária.

Assim, inicialmente questionados sobre o principal motivo que levaram os membros da família a trabalhar em atividades externas à propriedade, 35,4% (11) dos assentados apontaram como principal motivo a falta de renda no PAVTA, o que pode ser visualizado nos seguintes trechos de seus discursos:

“O sítio não é suficiente para gerar renda suficiente” (A7);  
“Não é possível sustentar a família na propriedade” (A8);  
“Não tenho renda na propriedade” (A15).

Nota-se nitidamente que a falta de opção produtiva, trabalho, renda, emprego e moradia na cidade e a falta de terra para trabalhar determinaram a opção das famílias para se tornarem assentados, como forma e meio para melhorar de vida. No entanto, entre os entrevistados, 66% (20) afirmaram que nenhum membro de sua família exercia atividade externa à propriedade, condição que ratifica as exigências do Incra, quanto à exclusividade de trabalho no lote.

Porém essa condição consolida uma situação de dificuldades existencial, pois o trabalho na terra do lote quase não tem gerado renda, o que reduz, na prática, os meios financeiros para manutenção da família no assentamento, onde a agricultura exercida pelo assentado é feita com base no modelo familiar, com objetivos de garantir segurança alimentar e, em alguns momentos, a venda dos excedentes, que dão base à agricultura de subsistência, a qual tem peso relevante no volume dos investimentos quando se confronta comparativamente o preço do emprego urbano e rural, conforme afirma Sachs (2001):

A agricultura familiar de subsistência oferece uma saída ao desemprego e ao subemprego no meio rural, constitui, assim, a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais (SACHS, 2001, p. 78).

Observa-se, portanto, a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas, com o objetivo de proporcionar subsídios para os pequenos agricultores, para que eles possam usufruir de uma boa qualidade de vida em suas terras, tendo com suporte as suas produções agrícolas.

Em seguida, os entrevistados foram questionados sobre os motivos pelos quais eles se tornaram assentados da reforma agrária. Assim, foram obtidas respostas variadas, onde a maioria fundamentava a sua escolha impulsionada pelas seguintes situações pessoais: falta de emprego e renda; já estarem morando na propriedade; busca pela realização pessoal; vontade de trabalhar e produzir na terra.

Esses motivos podem ser representados nos seguintes trechos das entrevistas:

“Eu precisava de emprego, de uma renda” (A1)

“Porque eu já morava com minha esposa aqui na terra” (A15)

“Era um sonho do meu marido.” (A13)

“Eu já morava na roça e queria terra pra trabalhar (A31)

Além desses, outros motivos foram traçados por eles, tais como: falta de opção para trabalhar, falta de moradia, vontade de melhorar de vida, vontade de ter a própria terra e outros, os quais podem ser vistos nas falas abaixo:

“Porque não tinha opção na cidade.” (A5)

“Em busca de casa pra morar.” (A22)

“Em busca de melhorar de vida, melhorar minha casa, minha renda.” (A17)

“Pra ter meu próprio sítio.” (A12)

“Não tinha casa na rua e me cadastrei no STTR/CG.” (A3)

“Vim seguir meus pais.” (A19)

De acordo com Wanderley (2009), o movimento da população rural em direção às cidades nem sempre significa a ocorrência de transformações profundas, no que se refere ao modo de vida. E continua afirmando que os indivíduos que migram para a cidade, geralmente apresentando baixos níveis de qualificação, raramente conseguem se inserir na vida urbana. Portanto, pode-se inferir, com o contexto do presente estudo, que a busca de trabalho nas cidades tem sido frustrante para essas pessoas, uma vez que, em sua maioria, não possuem a qualificação profissional exigida pelas empresas e comércios em geral, fator que limita a inserção delas no mercado de trabalho.

Essa realidade se deve ao fato de que, de acordo com Jorge (2009), a educação é vista como elemento central no processo de desenvolvimento, uma vez que torna os indivíduos portadores de uma mão de obra melhor qualificada, potencializando sua capacidade de trabalho, de renda e de produtividade.

Em outro momento, direcionou-se a pergunta ao aspecto da satisfação quanto ao fato de ser um assentado da reforma agrária. Suas respostas foram

divididas em duas categorias antagônicas, que ensejam: sentimentos/opiniões positivas; sentimentos/opiniões negativas; e sentimentos/opiniões positivas e negativas.

Dessa forma, na primeira categoria, visualizou-se que 25,8% (8) se demonstraram satisfeitos e conformados com suas condições, referindo que gostavam de morar no sítio e plantar, conforme demonstrado no seguinte discurso:

“Gosto de ser assentado da reforma agrária, porque gosto de morar no sítio e plantar.” (A8)

Entre os assentados, 45,3% (14) demonstraram total insatisfação com a realidade vivenciada, uma vez que o Incra foi apontado como o maior empecilho para o bom funcionamento do assentamento, o que reflete diretamente nas suas condições de vida atuais. A maioria sente-se enganada pelas promessas e perspectivas positivas oferecidas pelo Incra à época em que entrou para reforma agrária.

Esse quadro contraria o proposto por Bergamasco e Norder (1996, p.7), referindo-se aos objetivos dos assentamentos rurais, apontando que “podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

A condição de ser um assentado reflete de forma mais contundente nas posições do grupo pioneiro, que possui mais tempo no assentamento, onde se identificou o maior nível de revolta e descontentamento com a condição hoje existente, como afirmou um dos assentados, descrevendo a sua condição de vida:

Aqui ficou que nem uma favela, a gente queria era as casa no lote, mas o INCRA exigiu que fosse agrovila, e a gente que acreditou tá no sofrimento [...] Não vou embora daqui porque já estou velho, vendi uma casinha que tinha na rua, gastei tudo para se manter no assentamento e não tenho para onde ir, e agora, mesmo velho e cansado só resta esperar por um milagre (A25).

Atualmente, ante a falta de apoio para cumprir as etapas regulamentares do assentamento, vislumbra-se uma grave situação de pouca perspectiva de mudança,

pois se observou que o Incra pouco ou nada tem feito para melhorar a situação de vida dos assentados; a infraestrutura de apoio aos assentados é muito morosa e falta quase tudo.

Acredita-se que a falta de perspectivas das famílias residentes no assentamento decorre, em parte, dos erros estruturais, vindos desde o princípio na formação do assentamento, quando se destinou assentar 200 famílias, com uma área mínima aproximada de 12 ha por família, considerada mínima pelas condições edafoclimáticas limitantes da propriedade, e ainda mais, sem uma contextualização das potencialidades existentes, caso específico da barragem grande, como pode ser observado no seguinte trecho:

A maior riqueza do assentamento é o açude grande que tem aqui, mas é invadido por gente de fora, e nós não podemos nem pescar lá, pois eles ameaçam a gente, e pra usar a água que tem lá, temos que percorrer três quilômetros. Passo por muitas dificuldades, mas não tenho outra coisa pra fazer (A25).

Conforme relatos obtidos na aplicação da pesquisa de campo, mesmo com as 200 casas prontas para morar, no assentamento, nunca se ocupou de forma regular e permanente mais do que 65 casas. Por isto e outros fatores, a cada dia, as pessoas residentes desanimam e só não abandonam o assentamento porque não têm condições de iniciar outra atividade, destacados em trechos, tais como:

Me sinto atrapalhado pela burocracia do INCRA e pela falta de interesse em ajudar os assentados (A1)

Falta uma ATER melhor para crescer, projetos para beneficiar o assentado (A2)

Eu me sinto desmotivado e cansado de esperar (A3)

Arrependido, porque é muita mentira do INCRA. Tudo era um céu; hoje, estou arrependido (A30)

Ainda no mesmo questionamento, alguns assentados demonstraram satisfação e descontentamento ao mesmo tempo, como pode ser visto nas falas:

Falta quase tudo, mas gosto de morar na área, porque não tenho despesa. Faço horta (A6)

Eu não tenho o que reclamar da habitação, mas não 'tô' satisfeito com a organização, estrutura de produção e com ATER (A7)

Ao perceber-se que boa parte do descontentamento dos entrevistados tinha como motivo a atuação do Incra, estes foram indagados quanto à atuação do Incra na implantação e gestão do assentamento, ao que apenas 3,2% (1) referiu que gosta ou apoia a gestão da autarquia; 16,2% (5) não opinaram; ao passo que 80,6% (25) externaram uma opinião negativa, como pode ser apontado nos seguintes trechos de suas falas:

Muito fraca, não dá opção e nem ajuda o assentado (A3)

O Incra tem péssima atuação, é ausente e, quando aparece, complica a vida do assentado (A7)

Desconheço as ajudas do INCRA (A18)

Atuação ruim, porque enrola o povo (A22)

Abandonados pelo INCRA (A24).

Nota-se que há, entre a maioria dos assentados, uma grande frustração em relação à atuação do Incra como gestor do assentamento, pois as afirmativas dos entrevistados sinalizam claramente que a ação de apoio aos assentados por parte da autarquia tem sido morosa e, quando raramente ocorre, é pouco produtiva. Um exemplo claro é a infraestrutura de água existente na barragem grande, que poderia ajudar, por exemplo, em atividades de quintais produtivos, tais como avicultura, horticultura e fruticultura; essa água não pode ser usada pelos assentados, que atribuem essa dificuldade a não execução do projeto da adutora contemplada no projeto original.

Essa e outras medidas gerenciais caracterizam, mais uma vez, a falta de apoio do Incra ao PAVTA, pois já decorreram 12 anos da sua criação e o assentamento continua na fase de consolidação.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que deve conter as formas operacionais de geração de renda na terra, ainda não existe, impactando a vida dos assentados que continuam reféns e dependentes crônicos dos programas sociais de renda mínima do governo.

Por último, os entrevistados foram questionados se recomendariam aos seus filhos que se tornassem futuros assentados da reforma agrária. Dentre eles, 28,3% (9) responderam que recomendariam por causa da falta de opção, ou por causa do fato de considerarem o espaço onde vivem como um bom lugar ou, ainda, por causa do aspecto familiar, fazendo com que os filhos permanecessem por perto.

Os seguintes trechos retratam esses aspectos:

Recomendaria, pois não tem opção. Na terra, dá pra tirar sustento. (A6)

tem moradia boa e tem terra pra plantar. (A8)

é um lugar bom pra viver. (A21)

ficaria perto dos pais. (A19)

Por sua vez, ao afirmarem que não recomendariam a vida de assentados aos filhos, os indivíduos investigados apontaram que enfrentavam muitas dificuldades e que não há futuro na vivência de assentado:

Não tem futuro (A14)

Quero uma vida melhor pra meus filhos (A16)

Só se fosse a última alternativa (A23)

É muito difícil a vida aqui (A31)

Outro ponto abordado foi o sofrimento e que, por isso, não querem que seus filhos sejam submetidos às mesmas condições:

Já sofri demais. Só não saí, porque já tou dentro (A3)

Já sofremos muito e não quero que eles sofram (A25)

Saliente-se, ainda, que, apesar de um deles não ter apresentado motivo para a não recomendação, o fato de responder que “Jamais indicaria” já sugere a existência de motivos plausíveis, mesmo não sendo verbalizados no momento da entrevista.

Ressalta-se ainda que a ausência de perspectivas de meios para a produção imediata pelas famílias assentadas logo após a chegada no assentamento, quer seja para o autoconsumo ou mesmo de excedentes para o mercado, teve grande impacto para a degradação ambiental, pois quase não existia controle efetivo no acesso aos recursos, comuns do assentamento, potencializando desentendimento no relacionamento entre a gestão do Incra e os assentados.

Entre os próprios assentados, as duas instituições associativas que dividiam a liderança associativa dos assentados - que constantemente rivalizavam entre si, a CRAVTA e a AMAVTA, e que lutavam para se legitimarem como representantes das famílias assentadas - repercutiram para a rotatividade e evasão das famílias do assentamento.

Essa situação de desunião manteve-se ativa até a divisão do assentamento em 9 de novembro de 2010, fato que repercutiu diretamente para que a população permanecesse até hoje na condição de residentes e não proprietários, mesmo decorridos 12 anos de efetiva criação do assentamento.

Nos registros do Incra, o PAVTA encontra-se na fase 5, que é denominada de fase de consolidação, condição que submete os assentados a incertezas e dúvidas sobre como e quando terão a posse definitiva dos seus lotes. Esta situação contradiz com as premissas do II Plano Nacional de Reforma Agrária/2003 (PNRA), concebido para promover viabilidade econômica, segurança alimentar, nutricional e a sustentabilidade ambiental, garantir o acesso à promoção da igualdade social, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável.

A condição imposta a essas famílias lhes confere a condição de serem citadas como um exemplo de luta e persistência para a conquista da cidadania via inserção produtiva na complexa lógica operacional da reforma agrária brasileira, quase sempre marcada pela falta de intermediação positiva, impondo um processo moroso, burocrático e de indefinições aos assentados. Este contexto tem impactado para a degradação das condições de vida no assentamento, cujo grupo atual conta ainda com 48,2% de famílias remanescentes da fase de implantação do assentamento.

Nesse contexto, pode ser inferido que, mesmo com dificuldades existenciais de pouca renda, as famílias continuam resistindo na condição de assentados na esperança de que uma alternativa de crescimento e desenvolvimento seja

apresentada pelo Incra ou mesmo por meio de outras instituições, consolidando a necessidade de um apoio externo e imprescindível no assentamento, para contribuir de forma efetiva para que eles acessem formas e meios de exploração agrícolas capazes de viabilizar a geração de renda rotineira e compatível com as suas necessidades na condição de proprietário rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa evidenciam uma realidade da reforma agrária e do seu impacto na vida das famílias do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo, sendo, a partir deles, identificados subsídios para a construção de uma visão crítica e propositiva sobre a realidade do assentamento, a qual pode colaborar com a definição de uma lógica operacional necessária à organização e à gestão produtiva dos antigos e dos futuros assentamentos, para transformá-los, de fato, no espaço onde as famílias assentadas possam conquistar cidadania e qualidade de vida por meio da exploração sustentável da terra, conforme definido no II PNRA.

Acredita-se, portanto, que o presente estudo pode contribuir para uma visão direcionada às necessidades dos assentados, pois identifica de forma direta as suas angústias, responsabilidades e a árdua condição de vida adquirida ao se tornar um assentado da reforma agrária brasileira, decorrente, em parte, da sua pouca qualificação para a nova condição e das reais dificuldades a serem enfrentadas na sua rotina de proprietário da terra, em face da carência de uma logística institucional de apoio, conforme identificadas neste estudo de caso, que geralmente ocorrem de forma morosa e burocrática, impondo um clima permanente de incertezas aos assentados, situação que se repete na maioria dos assentamentos do Brasil, em especial do Nordeste.

Ao corroborar com o quadro identificado, ressalta-se como principais consequências o baixo nível de escolaridade e a procedência das famílias, que uma boa parte delas exercia atividades urbanas. Presume-se que estas duas condições - combinadas com a ineficiência administrativa e técnica, ensejadas pela atuação do Incra e dos serviços de assistência técnica prestada -, repercutiram de forma decisiva para o baixo nível de organização e indefinição de uma lógica produtiva adequada ao perfil dos assentados e para as condições ambientais do território ocupado, que de certa forma pode ter potencializado as divisões internas dos dois grupos associativos, onde a desunião resultante pode ser definida como um dos entraves ao desenvolvimento do assentamento.

Destaque-se que o desmembramento do assentamento ocorrido em 9/11/2010 foi uma das únicas reivindicações feitas pelos assentados e atendida pelo

Incra, isto graças à intermediação feita pela Embrapa Algodão e a Fundação Sistêmica, que embora pactuada entre as partes para acontecer em 60 dias, só aconteceu de fato, 15 meses depois da data de realização da assembleia que autorizou a divisão. Percebe-se, assim, que a demora retrata a falta de agilidade e até mesmo o desinteresse da autarquia em atender às demandas dos assentados.

Após a divisão do assentamento, a ação de maior impacto na vida dos assentados seria a demarcação dos lotes individuais, que deveria se efetivada de imediato pelo Incra, pois viabilizaria a posse e o domínio produtivo dos lotes pelos assentados, permitindo acessar os créditos de fomento necessários à montagem da infraestrutura produtiva (construção de cercas e pequenos barreiros), ocupação produtiva com o plantio de lavouras de autoconsumo, culturas de renda e o plantio de culturas para a alimentação animal, possibilitando a montagem de uma lógica produtiva integrada entre agricultura e pecuária, capaz de gerar produção e renda para as famílias. No entanto, esta ação imprescindível do Incra ainda não foi cumprida.

A ausência de respostas positivas do Incra em atendimento a essa e a outras solicitações dos assentados repercutiu de forma definitiva na vida das famílias, visto que tirou delas a possibilidade de produzir na terra e, sem qualquer opção produtiva, foram submetidas ao caos econômico, ambiental, social, ora observado no PAVTA, e da evasão eminente.

Essas afirmativas ratificam os discursos dos atores sociais em questão, que, de forma incisiva, contestam o estilo de gestão imposta pelo Incra aos assentados, fato que cria a necessidade de uma intervenção propositiva para o estabelecimento de um estilo gerencial ágil no cumprimento do cronograma de etapas regulares de criação e consolidação dos assentamentos, pois a situação identificada no PAVTA se repete em outros assentamentos.

Faz-se necessário, portanto, estabelecer uma intermediação positiva entre as partes envolvidas - Incra, assentados, assistência técnica e instituições de apoio -, com o objetivo de viabilizar e agilizar as soluções dos problemas operacionais e de impedimentos legais que venham a surgir na rotina gerencial dos assentamentos.

A partir dessa premissa e constatação in loco de uma situação concreta do PAVTA, torna-se imperativo a realização de um mutirão institucional para definição e aplicação de uma lógica gerencial mais ágil em apoio às famílias assentadas dos

atuais e futuros assentamentos, para atender às premissas do PNRA, onde o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e outros ministérios, o Incra e instituições afins possam interagir, contribuindo para a sustentabilidade dos assentamentos.

Nesse sentido, como contribuição deste trabalho de pesquisa à reforma agrária brasileira, sugere-se um conjunto de regras básicas para orientar o processo de constituição e as estratégias para a gestão administrativa e técnica de novos e antigos assentamentos, onde os aspectos relevantes seriam alvo de uma maior atenção da construção e gestão da reforma agrária no Brasil.

Durante a aplicação da pesquisa de campo e a convivência diária com os assentados, identificamos algumas falhas gerenciais importantes quando da formação do PAVTA, que de forma propositiva elencamos como relevantes para o futuro de um assentamento.

A formação dos agricultores beneficiários de um assentamento deve ter como origem um cadastro estadual único, pré-organizado sob a coordenação do Incra, em parceria com os sindicatos dos trabalhadores rurais e instituições afins, para que a admissão definitiva de um assentado ocorra após rigorosa avaliação do seu perfil e a sua aprovação numa capacitação específica, contemplando a sua futura condição, envolvendo regras básicas de produção e gestão associativa na agricultura familiar.

O formato do assentamento deve ser decidido de forma consensual pelos assentados, com opção de ser em agrovilas ou com as casas construídas nos lotes.

No caso da opção de construir as casas diretamente nos lotes - sobre a qual recomendamos como a mais apropriada, pois facilita a vida diária na propriedade, facilitando as atividades produtivas, como a criação de pequenos animais, e a implantação de quintais produtivos, na opção pelas agrovilas -, ocorrem limitações nas atividades dos quintais produtivos e problemas de convivência entre as famílias vizinhas.

A quantidade de famílias a ser assentadas deve ser uma preocupação, pois quanto maior o grupo maior será a dificuldade de fazer a sua gestão e organização produtiva. Em qualquer hipótese, o tamanho dos lotes deve ser compatível com a qualidade da terra, as condições climáticas locais e com a estrutura hídrica disponível na propriedade; quando as condições hídricas favorecem a prática da agricultura irrigada, o tamanho do lote pode ser de até 5,0 ha; quando a condição de

aridez é mais aguda, deve chegar ao mínimo a 100 ha, para permitir a criação extensiva da pecuária.

O acesso definitivo das famílias às residências para fixar moradia deve ser precedida da infraestrutura de armazenamento de água (cisterna) e energia elétrica, demarcação dos lotes individuais, contratação dos serviços de assistência técnica e a definição do Plano de desenvolvimento do assentamento (PDA) , que é uma ferramenta gerencial imprescindível para orientar as ações produtivas na aplicação dos recursos de fomento da produção e da infraestrutura, o qual deve ser construído na fase de qualificação dos assentados com a participação do Incra, equipe de ATER e das instituições de apoio.

O acesso aos recursos comuns do assentamento, como água de barragens, poços, açudes e barreiros, exploração de madeira, pesca, edificações e minerais, deve ser controlado por uma associação, cooperativa ou comissão provisória dos assentados, sob orientação do Incra e apoio sistemático da assistência técnica; e quando acessados deverá ser em benefício coletivo.

A manutenção e guarda dos recursos comuns e das benfeitorias, como casa-sede, currais, poços, açudes, reservas de mata nativa, barreiros, fauna silvestre e cercas, deve ser de responsabilidade coletiva, sendo pré-condição para que o agricultor seja aceito como um assentado.

Conforme relato explícito dos agricultores remanescentes da fase inicial de ocupação e gestão de rotina do assentamento e na percepção deste pesquisador, observa-se que esse conjunto de proposições reflete uma realidade não observada na formação e gestão rotineira do PAVTA por parte do Incra e também pelas instituições que se envolveram em ações pontuais de apoio à implantação e gestão do PAVTA.

A pouca importância dada a esses aspectos repercutiu ao longo de mais uma década e pode ter sido decisiva para a desorganização produtiva das famílias assentadas, que, desde o acesso ao espaço territorial e as moradias, caminharam de forma aleatória sem um planejamento e orientação diária e sistemática para construir uma lógica produtiva que lhes assegurasse produção e renda na terra, condição que até hoje não as possuem, pois os lotes ainda não foram demarcados, condição limitante para que pelo menos uma entre as 42 famílias residentes possam ser classificadas como caso de sucesso.

Além disso, faz-se relevante a adoção de medidas de investimento financeiro por parte do Incra e instituições de apoio, que sejam orientadas para estruturação produtiva do assentamento na revitalização dos recursos comuns, como o acesso à exploração produtiva da barragem grande, demarcação dos lotes e construção da sua infraestrutura produtiva de suporte à produção agrícola e pecuária, que continuam a ser hiatos existenciais para a melhoria de vida das famílias assentadas do PAVTA, além de resolver em definitivo a questão da assistência técnica, serviço essencial para ordenação e organização produtiva das famílias assentadas.

Não se pode esquecer que a reforma agrária foi retomada nos meados dos anos 1980 enquanto resultado de uma grande luta nacional, tendo com atores os trabalhadores rurais, que, ao serem contemplados como beneficiários, acessaram parte da política pública de reforma agrária, que remete ao direito de posse e uso da terra.

No entanto, percebe-se, sob o ponto de vista socioeconômico, que essas medidas sozinhas e isoladas, não são suficientes para que na terra os agricultores possam de fato ter e usar a terra como instrumento de transformação de uma realidade de vida e do espaço ocupado.

Dessa reflexão, urge que sejam estabelecidas novas diretrizes para implementar uma ampla e objetiva discussão sobre a política de reforma agrária a ser implementada doravante, para evitar o isolamento contextual de pobreza rural, como ora ocorre no PAVTA e noutros assentamentos, e, principalmente, nos futuros projetos de assentamento do Brasil.

## REFERÊNCIAS

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista geográfica agrária**, v.1, n.2, p. 123-151, ago. 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, 1997. p. 31.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Estabelece a criação do Projeto de Assentamento Venâncio Tomé de Araújo. **Diário Oficial da União (DOU)**. 14 de dezembro de 1999. Seção 1, p 124. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1501084/dou-secao-1-14-12-1999-pg-124>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agro 2006**: IBGE revela retrato do Brasil agrário. 2006. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1464>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Manual de obtenção de terras e perícia judicial**. 2006. 140p. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Pesquisa sobre qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos de Reforma Agrária do Brasil**. MDA/INCRA. Dezembro, 2010.

BRASIL. INCRA – SE. **Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política**. 2006

BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). 2008. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1850.

BRASIL. Lei no 11.326/2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de julho de 2006. p.1.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm).

BRASIL. **Lei nº 1.110**, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: <http://stoa.usp.br/ied18121/files/1148/6497/DL+1110-70+cria+incra.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.

BRASIL. Resolve aprovar a proposta de desmembramento do PAVTA. **Diário Oficial da União (DOU)**. 18 de novembro de 2010. Seção 1, p 86. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/23214754/dou-secao-1-18-11-2010-pg-86>

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/plenário/notas/ordinar/V110406.pdf>.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 2001. p. 43.

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CARVALHO, G.; LAVOURAS, H.; ANDRÉ, I.; SILVA, L. S. **Projeto de promoção da saúde mental e prevenção das toxicodependências na gravidez e 1º infância: suporte social**. Projeto (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, 2004.

DIEESE. **Mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Pátio da casa sede do PAVTA. **Ata da assembleia extraordinária dos moradores do assentamento Venâncio Tomé de Araújo, instituições e lideranças locais.** 14 de agosto de 2009. Ofício conjunto AMAVTA/CRAVTA, número 001, p. 1 – 2.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Pátio da casa sede do PAVTA. **Ata reunião da CRAVTA e INCRA no PAVTA.** 14 de junho de 2012. Ofício conjunto AMAVTA/CRAVTA, p. 1 – 2.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Secretaria de Gestão e Estratégia. **V Plano-Diretor da Embrapa: 2008-2011-2023.**/Brasília, DF, Embrapa 2008. 44 p. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/docs/pde.pdf>

EVANGELISTA, F. R. A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste. **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE.** 2000.

FACHIN, V. **A gênese dos assentados e sua relação com o desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul.** Projeto 071/03, protocolo 494/02 – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT – Relatório Técnico, 2006.

FERNANDES, B. M. **Enumerando a reforma agrária.** Disponível em: <http://www.mst.org.br>. 2006

\_\_\_\_\_. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2010. p.171.

FRATA, A. M., PEREIRA, M. C., CAMPÊLO, E. **Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS: um estudo de caso.** 48º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande/MS. 2010.

GASPAR, L. *Ligas Camponesas.* **Pesquisa Escolar Online,** Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2013. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisa>.

GERMER, C. M. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. **Revista da Reforma Agrária,** São Paulo, v. 34, n. 2, p.41-55, 2007.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GUERRA, R. M. N. **É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia Legal?** O caso do PDS São Salvador no estado do Acre. 116 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. 2002.

IBGE. **Censo agropecuário: agricultura familiar 2006.** 2009. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1466&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1).

JORGE, T. A. S. **Políticas públicas de qualificação profissional no Brasil: Uma análise a partir do PLANFOR e do PNQ.** Dissertação. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social. 2009.

JUNGES, L. S. **Distribuição da terra: um dilema mundial.** 2003, p. 25. Disponível em: <http://www.an.com.br/anverde/especial11/index1.html>.

LEAL, L. N.; WERNECK, F. Ricos têm renda 39 vezes maior que a dos pobres. **O Estado de São Paulo**, 17 nov. 2011.

LEMOS, M. F. Diagnóstico dos empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar do território de identidade de Vitória da Conquista-BA. 2010.

LIMA, M. H. **Educação e reforma agrária: (re)configurações entre a cidade e o campo.** 2001. 182 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia escolar), Universidade Federal de Uberlândia. 2001.

LIMA, S. F. **Impactos territoriais da criação de assentamentos rurais: o caso dos PAS Timbó e Mata Verde - Espírito Santo/RN.** Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Geografia. 2010.

LIMA, S. J. **A influência dos financiamentos federais a assentados**: um estudo de caso no assentamento Marília em Colméia-TO. Dissertação. Universidade Federal do Tocantins. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. 2010.

MALUF, R.; MATTEI, L. **Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural**. In: Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. MALUF, R.; MATTEI, L.; ZIMMERMANN, S.; WESZ JUNIOR, V. (autores); MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (organizadores). Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial). pp. 15-26

MARTINE, G. **Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola**. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, 2003.

MOREIRA, R. J. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. X World Congress of Rural Sociology – IRSA; XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – SOBER, Workshop n. 38. Greening of Agriculture. Rio de Janeiro, 2000.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NOVAES, R. C. R. De Corpo e Alma. **Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997. 238 p.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 n.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.22, 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, vol. 15, n. 43, p. 75 – 81, São Paulo, set/dez, 2001.

SANTOS, S. R. Agricultura familiar no Brasil. **Administração e Negócios**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/agricultura-familiar-no-brasil/31006/>

SEAPRO (Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Metodologia e Síntese**. Vol. 1. Belo Horizonte, 1995.

SILVA, J. S. **Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária**: Contexto, interação e ética para a inclusão social. In: SOUZA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. Ciência como instrumento de inclusão social. Embrapa. Brasília-DF: 2009, p. 329-361.

SILVA, P. M.; CASALINHO, H. D. Desenvolvimento e reforma agrária na região Sul do RS: os impactos dos assentamentos no cotidiano das famílias. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.5, n.10, jul./dez. de 2011. pp.115-134.

SILVA, T. M. M. A presença das ligas camponesas na Região Nordeste. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009, pp. 1-29.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, n. 87, 2001.

TAVARES, D. M. S.; GÁVEA JÚNIOR, S. A.; DIAS, F. A., SANTOS; N. M. F.; OLIVEIRA, P. B. Qualidade de vida e capacidade funcional de idosos residentes na zona rural. **Rev Rene**, Fortaleza, 2011; 12(n. esp.):895-903

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009. 328p.

## APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

**Título da pesquisa:** O assentamento Venâncio Tomé de Araújo: Repercussão social da reforma agrária no município de Campina Grande/PB

**Pesquisadores:** Orientadora - Profª Drª Nerize Laurentino Ramos; Mestrando – Waltemilton Vieira Cartaxo

**Objetivos:** Fazer um levantamento sociodemográfico e econômico do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo

**Justificativa:** Compreender a repercussão social da reforma agrária no Assentamento Venâncio Tomé de Araújo e o seu impacto na vida das famílias.

**Metodologia:** O estudo abordará indivíduos integrantes do Assentamento Venâncio Tomé. Serão aplicados 2 instrumentos para coleta dos dados: Formulário sociodemográfico e econômico, além de questões subjetivas.

**Riscos, Desconfortos, Benefícios e Direito:** Serei informado(a) sobre todas as etapas do estudo e terei garantia do anonimato e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No tocante à **garantia de esclarecimento** e de **privacidade e liberdade de recusa**, serei esclarecido(a) sobre a pesquisa a qualquer momento que eu solicitar, sem prejuízo para mim ou para meu tratamento (se for o caso). Sou livre para retirar meu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A minha participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. Os pesquisadores irão tratar a minha identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados permanecem confidenciais bem como o meu nome não será utilizado sem a minha permissão. **Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos:** a participação no estudo não acarretará custos para mim e não será liberada nenhuma compensação financeira adicional.

**Dúvidas e Esclarecimentos:** Profª Drª Nerize Laurentino Ramos; Waltemilton Vieira Cartaxo. Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB, CEP 58429-500. Universidade Estadual da Paraíba/UEPB – Campina Grande. Telefone do Comitê de Ética: (83) 3315-3373.

Declaração do (a) participante:

Eu, \_\_\_\_\_(sujeito ou responsável), abaixo assinado, tendo recebido todos os esclarecimentos acima citados, e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo toda documentação necessária, a divulgação e a publicação em periódicos, revistas bem como apresentação em congressos, workshop e quaisquer eventos de caráter científico.

Campina Grande, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Sujeito (ou responsável)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

## APÊNDICE 2 – Formulário para coleta de dados – Características demográficas, socioeconômicas e de saúde

- Entrevistado nº: \_\_\_\_\_

- Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### → DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

1 - Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2 - Idade: \_\_\_\_\_

3 - Situação conjugal: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Com companheiro(a)  
( ) Viúvo(a) ( ) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a)

4 - Grau de instrução escolar: ( ) Não alfabetizado  
( ) Primário incompleto  
( ) Primário completo (até a 4ª série)  
( ) Ginásial incompleto  
( ) Ginásial completo (até a 8ª série)  
( ) Médio/2º grau incompleto  
( ) Médio/2º grau completo (até o 3º ano)  
( ) Universitário / Superior incompleto  
( ) Universitário / Superior completo

5 - Crença religiosa: ( ) Católica ( ) Espírita ( ) Evangélica ( ) Candomblé  
( ) Outras ( ) Nenhuma

6 - Arranjo do grupo familiar: ( ) Mora sozinho(a) ( ) Com 1 pessoa ( ) Com 2 pessoas  
( ) Com 3 pessoas ( ) Com 4 pessoas ( ) Com 5 pessoas  
( ) Com 6 pessoas ( ) Com 7 pessoas ( ) Com 8 pessoas

7 - Diversão da família: ( ) jogar futebol ( ) viajar ( ) participar de eventos religiosos  
( ) jogar vídeo game ( ) ir a festas ( ) assistir TV

8 - Participa de eventos sociais? ( ) Não. ( ) Sim. ( ) Cooperativa ( ) Associação  
( ) Sindicato ( ) Outros

### → DADOS ECONÔMICOS:

#### 9 - Profissão/ocupação antes de se tornarem assentados:

( ) Na agricultura  
( ) No comércio, banco, transporte ou outros serviços  
( ) Na construção civil (pintor, pedreiro, marceneiro, carpinteiro)  
( ) Funcionário público  
( ) Trabalhador do setor informal, autônomo (sem carteira assinada)  
( ) Doméstica do lar

10 - Fonte de rendimentos: ( ) Trabalha na terra ( ) Aposentadoria e/ou pensão  
( ) Trabalho remunerado ( ) Não trabalha

11 - Programas sociais do governo: ( ) Seguro safra ( ) Bolsa família ( ) Vale gás  
( ) Bolsa Escola ( ) Bolsa Reclusão ( ) PETI

12 - Renda familiar mensal: ( ) Não tem renda ( ) Até R\$ 250,00 ( ) Até R\$ 400,00  
( ) Até R\$ 700,00 ( ) Até R\$ 825,00 ( ) Até R\$ 1300,00  
( ) Até R\$ 2000,00

**13 - Infraestrutura da casa e acesso a bens de uso doméstico pelos assentados:**

- Fogão a lenha       Fogão a gás       Energia elétrica       Microcomputador  
 Forno micro-ondas       Rádio       Televisão       DVD  
 Geladeira       TV por assinatura       Água encanada       Fossa séptica  
 Banheiro       Liquidificador       Telefone celular       Lavadora de roupa

**14 - Principal meio de transporte:**

- a pé/carona/bicicleta       transporte coletivo       transporte escolar       bicicleta  
 transporte próprio       charrete animal

**15 - Meio de comunicação mais utilizado para se manter informado:**

- Jornal escrito/revista       Televisão       Rádio       Internet       Outros

**→ DADOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA:**

- 16 - Acesso a serviços de saúde pública:**  SUS       SAMU       Posto no local  
 Posto na cidade       Não tem acesso

- 17 - Existe, em seu grupo familiar, membro portador de alguma doença, que necessite de acompanhamento médico?**  Não  Sim

- 18 - Acesso a remédios:**  Recursos próprios       programas de governo  
 remédios caseiros       recebe ajuda de terceiros  
 não consegue fazer o tratamento

**→ DADOS HISTÓRICOS DO GRUPO FAMILIAR E DA PROPRIEDADE**

- 19 - Tempo no assentamento:** \_\_\_\_\_

- 20 - Procedência:**  Rural  Urbana

- 21 - Quantos componentes do grupo familiar trabalham na propriedade?**

- Nenhum     1     2     3     4     5     6     7     8

- 22 - Fez algum curso de capacitação em agricultura?**  Não  Sim.

- 23 - Que recursos utiliza para produzir na propriedade?**  próprios       bancos  
 cooperativa       terceiros  
 projetos institucionais  
 Força da família

- 24 - Tem acesso à assistência técnica ou apoio?**  Não  Sim

- 25 - Tamanho da propriedade (20ha) é suficiente?**  Sim  Não

- 26 - A qualidade da terra da propriedade é:**  Fraca  Boa

- 27 - Descrição da produção primária:**  milho       feijão       mandioca       fava  
 algodão       sisal       Jerimum  
 mamona       não consegue produzir

- 28 - Qual a área plantada anualmente?**  até 2,0 ha  de 2,0 a 5,0 ha

- 29 - Como prepara a terra para o plantio?**

- Queima       Desmata       Destoca  
 Usa tração animal       Planta sem cortar a terra       Combina trator e cultivador  
 Combina tração animal e enxada       Usa trator

- 30 - Sistema de cultivo:** ( ) Isolado ( ) Consorciado ( ) Policultivos
- 31 - Origem das sementes:** ( ) Reserva própria ( ) Bancos de sementes  
( ) Compra na feira ( ) Recebe do governo
- 32 - Como controla as pragas?** ( ) veneno químico ( ) produto orgânico ( ) não controla
- 33 - Faz rotação de cultura?** ( ) Sim ( ) Não ( ) Não conhece ( ) Quer aprender
- 34 - Comercialização da produção:** ( ) Atravessador ( ) Cooperativa ( ) Indústria  
( ) Armazém/feira ( ) Só dá para o consumo próprio
- 35 - Como faz o plantio das lavouras?** ( ) plantio manual ( ) tratorizado ( ) com cultivador
- 36 - A quantidade de água é:** ( ) Suficiente ( ) Insuficiente
- 37 - Origem da água de consumo humano:** ( ) Poço artesiano ( ) Açude ( ) Barreiro  
( ) Cisterna ( ) Carro Pipa  
( ) Tratada ( ) Não Tratado
- 38 - A qualidade da água é:** ( ) Doce ( ) Salobra ( ) Salgada
- 39 - Tem criação de animais?** ( ) Não. ( ) Sim
- 40 - Origem da água de consumo animal:** ( ) Poço artesiano ( ) Açude ( ) Barreiro  
( ) Cisterna ( ) Carro Pipa
- 41 - A quantidade de água é:** ( ) Suficiente ( ) Insuficiente

**AVALIAÇÃO SOBRE A REALIDADE DO ASSENTAMENTO**

**42 - Qual a sua maior dificuldade para produzir no PAVTA?**

- FALTA: ( ) ATER ( ) alternativas de renda ( ) união do grupo ( ) mão de obra  
( ) máquina ( ) transporte ( ) água ( ) Não tem dificuldade

**43 - Qual a maior dificuldade para habitar no PAVTA?**

- FALTA: ( ) segurança ( ) água ( ) transporte ( ) escola  
( ) renda ( ) união ( ) estradas ( ) assistência médica

**44 - O que deve ser feito para melhorar?**

---



---

**45 - Na sua avaliação, qual o motivo da demora para você receber o título da terra?**

- ( ) Falta vontade do INCRA ( ) Conflitos internos ( ) Falta de ATER  
( ) Erros na formação do projeto ( ) Burocracia do INCRA ( ) Desunião entre agricultores e o INCRA  
( ) Não sabe

- 46 - O que você pretende produzir na sua terra?** ( ) Pecuária ( ) Agricultura  
( ) Avicultura ( ) Apicultura  
( ) Artesanato ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Campina Grande, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012

**APÊNDICE 3 - Roteiro de entrevista**

- A) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalharem em atividades externas à propriedade?
- B) O que lhe motivou a se tornar um assentado de reforma agrária?
- C) Como você se sente como um assentado da reforma agrária?
- D) Qual a sua avaliação sobre a atuação do INCRA na implantação e gestão do assentamento?
- E) Você recomendaria que seu filho se tornasse um assentado da Reforma Agrária? Por quê?

## APÊNDICE 4 – UNIDADES DE ANÁLISE

UNIDADES DE ANÁLISE DA CATEGORIA TEMÁTICA: PRINCIPAL MOTIVO QUE LEVOU OS MEMBROS DA FAMÍLIA A TRABALHAREM EM ATIVIDADES EXTERNAS À PROPRIEDADE

CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE	F
Falta de renda no PAVTA	“Falta de renda no PAVTA”(A1), “Falta de renda no PAVTA”(A2), “Falta de renda”(A5), “Falta de renda”(A6), “Falta de renda. “O sítio não é suficiente para gerar renda suficiente”(A7), “Não é possível sustentar a família na propriedade”(A8), “Não tenho renda na propriedade”(A15), “Falta renda na terra”(A16), “Falta de renda”(A20), “Falta de renda”(A21), “A renda da terra é pouca” (A22)	11
Não se aplica	-----	20
	<b>TOTAL</b>	<b>31</b>

UNIDADES DE ANÁLISE DA CATEGORIA TEMÁTICA: MOTIVOS PARA TORNAR-SE UM ASSENTADO DE REFORMA AGRÁRIA

CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE	F
FALTA DE EMPREGO/ RENDA	“Eu precisava de emprego, de uma renda.”(A1), “Eu precisava de uma renda.”(A2)	2
JÁ MORAVA NA PROPRIEDADE	“Porque eu já morava aqui na propriedade.”(A7), “Eu já morava na propriedade.”(A10), “Já morava na área.”(A14), “Porque eu já morava com minha esposa aqui na terra”(A15)	4
REALIZAÇÃO PESSOAL	“Porque eu gosto do sítio”(A8), “Era um sonho do meu marido.”(A13)	2
VONTADE DE PRODUZIR/ TRABALHAR	“Pra produzir na terra.”(A4), “Eu já morava na área e precisava de terra para trabalhar.”(A6), “Pra arranjar trabalho.”(A25), “Eu já morava na roça e queria terra pra trabalhar.” (A31), “(Em busca de ...) terra pra trabalhar.”(A22), “(...) Eu queria uma terra pra trabalhar.”(A13)	6
FALTA DE OPÇÃO PARA TRABALHAR	“Porque não tinha opção na cidade.”(A5), “Pela falta de emprego na cidade.”(A23)	2
FALTA DE MORADIA	“Em busca de casa pra morar.”(A22), “Pela falta de moradia.”(A29)	2
MELHORAR DE VIDA	“Pra melhorar de vida, produzir.”(A16), “Em busca de melhorar de vida, melhorar minha casa, minha renda.”(A17), “Pra melhorar de vida.”(A18), “Pra melhorar de vida.”(A20), “Por incentivo do meu pai, pra melhorar de vida.”(A21), “Pra melhorar de vida.”(A26), “Pra melhorar de vida.”(A27)	7
VONTADE DE TER A PRÓPRIA TERRA	“Porque eu gosto de plantar e queria um pedaço de terra.”(A11), “Pra ter meu próprio sítio.”(A12), “Em busca de terra própria.”(A28), “Para trabalhar na própria terra e ter mais sossego.”(A24)	4
OUTROS	“Não tinha casa na rua e me cadastrei no STTR/CG.”(A3), “Gostei da conversa do INCRA.”(A9), “Vim seguir meus pais.”(A19)	4
	<b>TOTAL</b>	<b>33</b>

UNIDADES DE ANÁLISE DA CATEGORIA TEMÁTICA: COMO SE SENTE SENDO ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA

CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE	F
SENTIMENTOS/ OPINIÕES POSITIVOS	“Gosto de ser assentado da reforma agrária, porque gosto de morar no sítio e plantar.”(A8), “Muito bem”(A10), “Bem.”(A12), “Eu gosto dessa condição.”(A13), “Conformada.”(A17), “Satisfeito.”(A19), “Satisfeita.”(A22), “Satisfeito.”(A28)	8
SENTIMENTOS/ OPINIÕES NEGATIVOS	“Me sinto atrapalhado pela burocracia do INCRA e pela falta de interesse em ajudar os assentados.”(A1), “Falta uma ATER melhor para crescer, projetos para beneficiar o assentado.”(A2), “Eu me sinto desmotivado e cansado de esperar.”(A3), “Se tivesse condição, já tinha saído. Me sinto enganado pelo INCRA.”(A9), “Insatisfeita. Não tenho renda.”(A14), “Não gosto do lugar.”(A15), “Me acho abandonado.”(A16), “Sem assistência. Falta muita coisa.”(A18), “Sacrificado e não tenho renda.”(A20), “Aqui ficou que nem uma favela, a gente queria era as casa no lote, mas o INCRA exigiu que fosse agrovila, e a gente que acreditou tá no sofrimento. Não vou embora daqui porque já estou velho, vendi uma casinha que tinha na rua, gastei tudo para se manter no assentamento e não tenho para onde ir, e agora, mesmo velho e cansado só resta esperar por um milagre. A maior riqueza do assentamento é o açude grande que tem aqui, mas é invadido por gente de fora, e nós não podemos nem pescar lá, pois eles ameaçam a gente, e pra usar a água que tem lá, temos que percorrer três quilômetros. Passo por muitas dificuldades, mas não tenho outra coisa pra fazer.”(A25), “Desprezada pelo INCRA.”(A26), “Preocupada, porque não tenho renda pra sobreviver.”(A29), “Arrependido, porque é muita mentira do INCRA. Tudo era um céu; hoje, estou arrependido.”(A30), “Falta renda, água, união, transporte. Não temos alternativa.”(A31)	14
SENTIMENTOS/ OPINIÕES POSITIVOS E NEGATIVOS	“Falta quase tudo, mas gosto de morar na área, porque não tenho despesa. Faço horta.”(A6), “Eu não tenho o que reclamar da habitação, mas não ‘tou’ satisfeito com a organização, estrutura de produção e com ATER.”(A7) “Mesmo sem assistência, me sinto feliz, porque gosto da terra.”(A11), “Satisfeita, mas precisa melhorar a renda, as condições gerais.”(A21), “Gosto de morar, mas falta produção.”(A23). “Insatisfeita, mas conformada.”(A24), “É um bom lugar, mas falta renda.”(A27)	7
OUTROS	“Regular.”(A5)	2
	<b>TOTAL</b>	<b>31</b>

UNIDADES DE ANÁLISE DA CATEGORIA TEMÁTICA: AVALIAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DO INCRA NA IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO ASSENTAMENTO.

CATEGORIAS	UNIDADES DE ANÁLISE	F
OPINIÃO POSITIVA	“Gosto do INCRA.”(A12)	1
OPINIÃO NEGATIVA	“Precária e falta ajuda para os assentados.”(A1), “Péssima. Não há interesse.”(A2), “Muito fraca, não dá opção e nem ajuda o assentado.”(A3), “Muito fraca, dificulta a vida dos assentados.”(A4), “Muito fraca.”(A5), “Complica a vida do assentado. É muito ruim.”(A6), “O Incra tem péssima atuação, é ausente e, quando aparece, complica a vida do assentado.”(A7),	25

	“Atuação do INCRA é razoável.”(A8), “Não existe. É péssima.”(A9), “Fracá.”(A13), “Muito ruim.”(A16), “Não recebi assistência.”(A17), “Desconheço as ajudas do INCRA.”(A18), “Insatisfatória.”(A19), “Muito ruim.”(A20), “Muito fraca.”(A21), “Atuação ruim, porque enrola o povo.”(A22), “Muito ruim.”(A23), “Abandonados pelo INCRA.”(A24), “Abandonou os assentados.”(A25), “Muito ruim.”(A26), “Atuação precária.”(A28), “Não ajuda.”(A29), “Péssima, porque abandonou a todos.”(A30), “Muito fraca, não ajuda”(A31)	
OUTROS	“Não se aplica.”(A10), “Não sabe opinar.”(A11), “Não se aplica.”(A14)	<b>5</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>31</b>

**UNIDADES DE ANÁLISE DA CATEGORIA TEMÁTICA: VOCÊ RECOMENDARIA QUE SEU FILHO SE TORNASSE UM ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA? POR QUÊ?**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>SUBCATEGORIA</b>	<b>UNIDADES DE ANÁLISE (MOTIVO)</b>	<b>F</b>
SIM	FALTA DE OPÇÃO	“Recomendaria, pois não tem opção. Na terra, dá pra tirar sustento.”(A6)	<b>9</b>
	BOM LUGAR	“...tem moradia boa e tem terra pra plantar.”(A8), “eu gosto do lugar.”(A20), “é um lugar bom pra viver.”(A21), “é bom pro agricultor que não tem terra.”(A28)	<b>4</b>
	NÃO DEU MOTIVO	A10, A11 e A17 não responderam.	<b>3</b>
	FAMÍLIA	“ficaria perto dos pais.”(A19)	<b>1</b>
NÃO	DIFICULDADE	“é muito difícil a vida de um assentado sem condições.”(A1), “Tudo é difícil.”(A2), “devido à complicação existente no INCRA e no assentamento. Falta ATER.”(A7), “porque ele vive melhor fora”(A12), “A vida é difícil.”(A13), “Não tem futuro.”(A14), “Quero uma vida melhor pra meus filhos.”(A16), “As coisas são muito difíceis.”(A18), “porque me sinto abandonada.”(A22), “Só se fosse a última alternativa.”(A23), “é muito ruim.”(A29), “É muito difícil a vida aqui.”(A31)	<b>12</b>
	SOFRIMENTO	“Já sofri demais. Só não saí, porque já tou dentro.”(A3), “É muito sofrimento.”(A4), “É muito sofrimento.”(A15), “porque já sofremos muito.”(A24), “Já sofremos muito e não quero que eles sofram.”(A25), “porque é muito sofrimento.”(A26), “é muito sofrimento.”(A30)	<b>7</b>
	NÃO DEU MOTIVO	“jamais.”(A5), “Jamais indicaria”(A9)	<b>2</b>
		<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

**APÊNDICE 5 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ASSENTAMENTO VENÂNCIO TOMÉ DE ARAÚJO – PROJETO “FORMAÇÃO DE NÚCLEOS DE PRODUÇÃO ARTESANAL DO SISAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO” E OUTROS MOMENTOS.**

**A) CAPACITAÇÃO DOS ASSENTADOS NO ARTESANATO COM A FIBRA DE SISAL**



**B) REUNIÃO COM A DIREÇÃO E EQUIPES DO INCRA, PARA DIVISÃO E APOIO AS AÇÕES DO ASSENTAMENTO**



### C) RESIDÊNCIA DO PRESIDENTE DA CRAVTA, DESTRUÍDA POR INCÊNDIO



### D) PLANTIO DA UNIDADE DE TESTE E DEMONSTRAÇÃO/ESCOLA DE CAMPO DE SISAL



### E) APLICAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO E CRIANÇAS DO ASSENTAMENTO



**ANEXO 1 - “ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO VENÂNCIO TOMÉ DE ARAÚJO, INSTITUIÇÕES E LIDERANÇAS LOCAIS”. LOCAL: PÁTIO DA CASA SEDE DO PAVTA - DATA: 14/08/2009**

Aos quatorze dias do mês de agosto, do ano de dois mil e nove, reuniram-se, na casa sede do PAVTA, os agricultores associados da Cooperativa Rural do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo - CRAVTA e da Associação dos Moradores do Assentamento Venâncio Tomé de Araújo - AMAVTA e os representantes do INCRA, Senhores Abdon Bandeira e Dorival Fernandes; do Movimento dos Sem Terra – MST, Srs. Paulo Sérgio e Augusto Belarmino; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Sras. Francisca Gonçalves de Oliveira e Geralda Soares da Silva; da AMAVTA, Sr Francisco; da CRAVTA, Sr. Geneton; da Embrapa Algodão, Sr. Waltemilton Cartaxo; da Fundação Sistêmica, Sr Livio Lima. Em sequência, os representantes foram convidados pelo Sr. Abdon Bandeira, para se reunir em uma das dependências da casa sede, para um nivelamento e encaminhamento dos entendimentos entre as partes, para posterior repasse e encaminhamento aos demais moradores do PAVTA, que estavam aguardando no pátio externo da casa sede. Iniciando a conversa, o representante da Embrapa Algodão fez um breve relato dos entendimentos entre os dois grupos da AMAVTA e da CRAVTA, no sentido de que era consenso entre as partes de que a relação de beneficiários (RB) definitiva fosse referendada pelo INCRA, com base na relação enviada pelo representante da Embrapa Algodão ao INCRA, via e-mail e fax, que contém 41 nomes apresentados pela AMAVTA e 43 nomes apresentados pela CRAVTA, que somados chegam a 84; que as partes desejam a divisão do PA em dois e a emissão imediata do parcelamento; em seguida, usaram a palavra o Sr. Geneton, pela CRAVTA e o Sr. Francisco, pela AMAVTA. Ambos falaram das promessas feitas e não cumpridas aos agricultores, quando da emissão de posse e que já se passaram quase dez anos sem uma solução definitiva, e que os dois grupos desejam ter uma solução pacífica e negociada, chegando a propor passar uma borracha no passado e que referendavam como verdadeiras as colocações do representante da Embrapa Algodão. Em seguida, usou a palavra o representante do MST, Sr. Paulo Sérgio, que afirmou sobre a vontade do MST em contribuir para uma

solução rápida para aquela situação, que tem prejudicado diretamente as famílias ali residentes. Logo após, a representante do STR, Sra. Francisca, utilizou a palavra afirmando da grande alegria dela e do sindicato em estar próximo a resolver uma situação que vem se arrastando há muito tempo; em seguida, usaram da palavra, os representantes do INCRA, Sr. Dorival Fernandes, afirmando que aquela situação se dava face às quebras sucessivas de acordos e tratos feitos anteriormente em outras reuniões, onde as partes embargavam e travavam o processo através de recursos na justiça. Em seguida, o Sr. Abdon Bandeira disse que a divisão ou desmembramento era possível, embora com novas implicações técnicas importantes, que iriam requerer novos estudos do INCRA, e esta era uma condição indispensável para que os procedimentos requeridos pelas partes fossem atendidos. Disse, ainda, que o INCRA está respondendo na justiça, junto ao Ministério Público, às ações interpostas por uma das partes, e que a continuidade do processo, nos termos requeridos pelos interessados diretos, requer uma retirada dos processos da justiça. Além disso, disse que o pedido deve ser encaminhado ao mesmo tempo ao INCRA e ao Ministério Público, finalizando sua fala ao afirmar que o superintendente do INCRA, Sr. Frei Anastácio, tem todo interesse em dar uma solução definitiva para o caso do PA VT. Logo após, o representante da CRAVTA afirmou que, havendo a divisão do Assentamento em dois, a consequente emissão das duas RB e o parcelamento da área, com o topógrafo do INCRA, o processo judicial deixa de ter validade já que este é o seu objeto. Continuando, o representante da AMAVTA informou que o parcelamento da área ligada à associação seria efetivado com o apoio dos técnicos do MST, trabalho esse que deveria ser encaminhado ao INCRA para ser referendado. Incluiu, ainda, o Sr. Francisco que a Assistência Técnica poderá ser realizada em sua área sem nenhum impedimento. Em seguida, os representantes da Embrapa Algodão e da Fundação Sistêmica informaram aos representantes do INCRA acerca de dois projetos que ora vêm sendo desenvolvidos no Assentamento, juntamente com a AMAVTA e CRAVTA, acrescentando que estariam encaminhando tais projetos para o INCRA, para o conhecimento e posicionamento oficial por parte desta Instituição. Ainda indagaram sobre o tempo mínimo que levaria para uma solução final, para emissão da RB, desmembramento e parcelamento das áreas, ficando convencionado que tudo seria feito para uma solução em sessenta dias a contar da data de hoje, desde que tudo ocorra sem

nenhum impedimento de ambas as partes. O representante da AMAVTA solicitou ao representante da EMBRAPA que o projeto por ela desenvolvido fosse distribuído igualmente entre as duas entidades do Assentamento, recebendo o aval confirmatório do Sr. Cartaxo. Finalizando, o Sr. Abdon Bandeira assumiu um compromisso de enviar ao Sr. Paulo Sérgio, representante do MST, até o dia 21/09/2009, uma planta cartográfica do PAVTA e a relação dos beneficiários referendada pelo INCRA, para compor os nomes dos beneficiários da RB definitiva, após avaliação criteriosa dos dados cadastrais de posse do INCRA. Em seguida, o Sr. Paulo Sérgio, combinou com os Srs. Geneton e Francisco a realização de uma reunião, a ocorrer na noite do dia 21/08/2009, na sede da AMAVTA, para dar provimento e fechamento da RB definitiva, análise da planta cartográfica e a outras medidas pertinentes, à continuação do processo rumo ao parcelamento e desmembramento da área, construindo uma proposta conjunta para apresentar ao setor de Cartografia do INCRA e, a partir deste entendimento, o INCRA disponibilizaria os meios técnicos para solucioná-los. Logo depois, o grupo dirigiu-se ao pátio da casa sede, onde os representantes do grupo de trabalho se pronunciaram, fazendo uso da palavra o Sr. Waltemilton Cartaxo, da Embrapa Algodão, discorreu sobre o projeto núcleos de produção artesanal do sisal, ora em execução no PAVTA, com aporte financeiro do Banco do Nordeste, e que, além dos cursos de artesanato, já iniciou o plantio de 20 hectares de sisal, sendo cinco hectares para a AMAVTA e quinze hectares para a CRAVTA; falou da importância do sisal para geração de emprego e renda em um ambiente de inverno irregular, sendo que, para esta atividade os agricultores receberão o corte da terra, as mudas e a orientação técnica do plantio, e que a contra partida do agricultor é a mão de obra de plantio e a manutenção da lavoura; falou, também, que é preciso manter o sentimento de ordem, amizade e união ora reinantes, para que o processo caminhe com celeridade. Em seguida, usou a palavra o Sr. Lívio Lima, que disse da alegria em estar contribuindo com o desenvolvimento PA, com a implantação do projeto Nosso Ambiente, com apoio do Ministério da Justiça, que trata da capacitação dos produtores na apicultura, com instalação de 50 colmeias e a produção de trinta mil mudas de essências florestais nativas e frutíferas, para plantio posterior no assentamento. Finalizou afirmando que a união do grupo seria decisiva para o sucesso do projeto, o qual poderia ser ampliado posteriormente se houvesse uma

participação efetiva e dedicada das famílias beneficiárias; em seguida, falaram os Srs. Francisco e Geneton, ambos confiantes, afirmaram que tudo fariam para manter a unidade de pensamento dos seus grupos, na busca do resultado final, que é a posse da terra, e que as questões e pendências menores que viessem a existir seriam resolvidas e tratadas de forma amigável. Posteriormente, falou a Sra. Francisca, do STR, afirmando da sua confiança e vontade do STR em contribuir para resolver a situação de forma satisfatória para todos, pedindo união do grupo; em seguida falou o Sr. Paulo Sérgio do MST, dizendo que o MST tudo faria para contribuir com uma solução rápida e satisfatória para os agricultores residentes no PA e que o processo deveria ser liderado pelos trabalhadores e trabalhadoras, como protagonistas do seu futuro; em seguida, falou o representante do INCRA, Sr. Dorival Fernandes, que reiterou a sua vontade pessoal e do INCRA em resolver o mais rápido possível uma situação que perdura há quase dez anos, em prejuízo dos trabalhadores residentes no PA VT; em seguida, falou o Sr. Abdon Bandeira, que fez um breve relato sobre os constantes travamentos jurídicos, impostos à vontade do INCRA, que em função da demanda gigantesca existente, nos mais de duzentos e setenta assentamentos e mais de quinze mil assentados, e que a ação normal é priorizar os PAs onde não há impedimentos de ordem legal ou judicial, espera contribuir para resolver o problema do PA VT, conforme tem sido o desejo do superintendente Frei Anastácio, agradeceu ao empenho da Embrapa Algodão e da Fundação Sistêmica para restabelecer o diálogo entre os dois grupos locais, e que, em breve, espera ter uma solução definitiva e satisfatória para todos. Concluída esta etapa, o representante da Embrapa Algodão, Sr. Waltemilton Cartaxo, retomou a fala, externando a sua vontade e desejo pessoal, para que em breve, junto com agricultores residentes e as instituições partícipes possam realizar a festa da entrega dos títulos da terra. Logo após, convidou a todos para o lanche patrocinado pela Fundação Sistêmica e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu Waltemilton Vieira Cartaxo, secretário indicado, lavrei e assino a presente ata, que é assinada também, pelos demais membros do grupo de trabalho, tendo em anexo a lista dos demais agricultores participantes da assembleia extraordinária conjunta AMAVTA e CRAVTA. Após impressão a ata foi assinada por Geneton de Luna/CRAVTA; Francisco de Freitas Neto/AMAVTA; Francisca Gonçalves de Oliveira/STR; Abdon Bandeira/INCRA; Paulo Sérgio /MST; Dorival Fernandes/INCRA; Waltemilton Vieira

Cartaxo/Embrapa Algodão; Lívio Lima/Fundação Sistêmica; Augusto Belarmino/MST; Geralda Soares da Silva/STR.”

A ata foi encaminhada à superintendência do INCRA, através de ofício, abaixo:

*“Campina Grande, 10 de Setembro de 2009  
Ofício conjunto AMAVTA/CRAVTA - Nº001/2009  
Ao. Ilmo. Sr. Frei Anastácio  
Superintendente do INCRA – PB*

**ANEXO 2 - “ATA REUNIÃO DA CRAVTA E INCRA NO PAVTA” – Data: 14.06.2012**

Às 16:00 horas do dia quatorze do mês de junho do ano de dois mil e doze, reuniram-se, na casa sede do PA Venâncio Tomé de Araújo, a diretoria e alguns agricultores associados da CRAVTA, em atendimento a uma convocação do INCRA através do STR de Campina Grande. A reunião contou com a participação dos representantes do INCRA senhores Abdon Bandeira e Antônio Medeiros, do STR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais senhora Maria de Fátima; Waltemilton Vieira Cartaxo, da Embrapa. Em sequência, o grupo foi informado pelo Sr. Abdon Bandeira, que o INCRA estava mudando de gestão, e que face a este quadro de seca, a reunião foi convocada para reunir e colher da CRAVTA informações sobre as ações de infraestrutura e outras necessárias ao progresso do PAVTA, e que os presentes poderiam relatar que ações poderiam ser pleiteadas para providencias pelo INCRA. Em seguida foram feitas gestões pela diretoria da CRAVTA, dentre elas: 1) Convocação imediata de uma reunião com a participação do INCRA, EMBRAPA, EMATER e de todos os 42 beneficiários da RB, ora definida para estabelecer o processo de relacionamento institucional entre a representação dos assentados do PAVTA com o INCRA, para agilizar as providencias necessárias ao desenvolvimento do PAVTA; 2), Recuperação de 03 pequenos açudes/barreiros com desobstrução e implantação de cerca para isolar esses mananciais para estabelecer controle sobre a retirada da água e uso por animais e pessoas; 3) Implantação da cerca divisória entre o PAVTA e PA VITÓRIA; 4) Recuperação do dessalinizador e poço artesiano para viabilizar água potável para os residentes; 5) Abertura de estradas para viabilizar o acesso aos lotes; 6) Implantação de barragens subterrâneas em alguns lotes para viabilizar a produção de hortaliças e alimentos básicos mesmo na época de seca; 7) Implantação de 29 cisternas de placa para captação de água das chuvas e abastecimento por carros pipas na ausência das chuvas; 8) Retorno dos serviços de ATES pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em substituição da Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Auto-Promoção (COONAP), que prestou um grande desserviço aos assentados, fomentando a desunião do grupo, pois nada fez, a não ser criar uma associação para concorrer com a CRAVTA; 9) Viabilizar que a equipe da EMATER de Campina Grande faça os projetos do crédito mulher, já

disponibilizado e não acessado pelas mulheres do PAVTA; 10) Concluir o parcelamento/demarcação dos 42 lotes em nome dos seus beneficiários efetivos, pois é necessária a regularização dos lotes, para implantação do sisal e ampliação da apicultura, ora em implantação com apoio da Embrapa Algodão; 11) Definir a questão da demolição das 16 casas excedentes nas duas agrovilas, já que há uma decisão de que cada uma das famílias vai ficar responsável por duas casas; 12) Coibir e determinar a imediata expulsão dos invasores das casas, que já chegam a 08, que estão sendo ocupadas por pessoas estranhas ao PAVTA; 13) viabilizar a implantação da adutora da barragem grande, com uma extensão de aproximadamente 4,0 km para abastecer uma caixa de distribuição, visando atender as demandas das famílias pois, os reservatórios existentes estão secando e vai faltar água para a manutenção do gado e dos pequenos animais; 14) Criar o PDA do assentamento com a participação dos 43 assentados, para definir e priorizar as ações produtivas, viabilizar o acesso aos créditos regulares do PNRA, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), crédito para reforma/adequação das casa e outros; 15) Recuperação da casa sede e dos currais que se encontram em ruínas. Feitas as propostas de ação no PAVTA, o diretor da CRAVTA, José Carlos, solicitou agilidade do INCRA para realizar estas ações com urgência, pois a situação é muito preocupante. Concluída esta etapa, o representante da Embrapa Algodão, Sr. Waltemilton Cartaxo, externou a sua vontade e desejo pessoal em contribuir para acelerar o processo ora requerido, pois os assentados do PAVTA, já padecem nessa penúria há mais de 12 anos e esta é a hora de agir, para que em breve, juntos com agricultores residentes e as instituições participes, possamos vivenciar o progresso e crescimento do PAVTA. Encerrada a reunião, eu, Waltemilton Vieira Cartaxo, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais diretores participantes da reunião: José Carlos Paiva; Geneton de Luna; Maria de Fátima-STTR; Abdon Bandeira e Antonio Medeiros do INCRA.”